

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO -
FECAP
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

NELSON LUIZ GANGEMI

**NÍVEL DE ADERÊNCIA DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS
PASSIVOS CONTINGENTES AO CPC 25: UMA ANÁLISE
DAS EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

São Paulo

2016

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO -

FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NELSON LUIZ GANGEMI

**NÍVEL DE ADERÊNCIA DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS
PASSIVOS CONTINGENTES AO CPC 25: UMA ANÁLISE
DAS EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

Trabalho de dissertação apresentado à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Profº Dr. Anísio Candido Pereira

São Paulo

2016

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

Reitor: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Graduação: Prof. Dr. Ronaldo Frois de Carvalho

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Diretor da Pós-Graduação Lato Sensu: Prof. Alexandre Garcia

Coordenador de Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Cláudio Parisi

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração: Prof. Dr. Heber Pessoa da Silveira

FICHA CATALOGRÁFICA

G197n

Gangemi, Nelson Luiz

Nível de aderência das práticas contábeis dos passivos contingentes ao CPC 25: uma análise das empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo / Nelson Luiz Gangemi. - - São Paulo, 2016.

99 f.

Orientador: Prof. Dr. Anísio Candido Pereira.

Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.

1. Contabilidade. 2. Passivos (Contabilidade). 3. Empresas (Contabilidade).

CDD 657

NELSON LUIZ GANGEMI

**NÍVEL DE ADERÊNCIA DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS PASSIVOS
CONTINGENTES AO CPC 25: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS
SUCROALCOOLEIRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. José Carlos Marion
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP.

Prof. Dr. Tiago Nascimento Borges Slavov.
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP – SP.

Prof. Dr. Anísio Candido Pereira
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP – SP.
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 15 de Setembro de 2016.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pela saúde, tranquilidade e perseverança para alcançar este objetivo. À minha esposa Miriam Xavier de Oliveira Gangemi pela paciência e companheirismo nas horas de tribulação. Aos meus filhos Andressa Aparecida de Oliveira Vrunski, Adriano de Oliveira Gangemi e Renato Luiz de Oliveira Gangemi pela compreensão, incentivo e carinho que dispuseram durante minhas ausências para a confecção deste trabalho. Em especial também dedico esse trabalho aos meus pais (em memória) Paschoalina Salatini Gangemi e Alfredo Gangemi que sempre batalharam para eu ter

uma boa educação, permitindo assim, hoje, me tornar um mestre na área da educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que não só permitiu esta oportunidade como mestrando universitário, mas que em todos os momentos tem sido maior mestre na minha vida. A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram esta janela que hoje vislumbro um horizonte promissor, sustentado no mérito e ética aqui presentes. Ao Prof. Dr. Anisio Candido Pereira pela oportunidade, profissionalismo, apoio e contribuição para o êxito e conquista deste trabalho. Aos membros da comissão julgadora Prof. Dr. José Carlos Marion e Prof. Dr. Tiago Nascimento Borges Slavov, pelas importantes contribuições prestadas no exame de qualificação. Ao mestrando Lincoln de Jesus Peres pela contribuição e generosidade no esclarecimento de informações importantes deste trabalho. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A aderência pelas normas de reconhecimento, mensuração e divulgação das informações em notas explicativas, possibilita maior confiabilidade na apresentação das demonstrações contábeis aos usuários para análise e tomada decisão. As normas contábeis, correlacionadas às normas internacionais, foram emitidas pelo CPC e uma delas foi o Pronunciamento Técnico, o CPC 25, que dispõe sobre as provisões e passivos e ativos contingentes. O passivo contingente é uma obrigação contábil de difícil reconhecimento e mensuração tendo em vista os fatores de incertezas sobre a confirmação ou não de sua existência. Neste contexto, este trabalho teve como principal objetivo conhecer e analisar os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das informações em notas explicativas dos passivos contingentes (CPC 25), mediante uma amostra 17 empresas sociedades anônimas, de capital aberto e fechado do segmento sucroalcooleiro do Estado de São Paulo. A linha da pesquisa teve caráter descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa. O procedimento utilizado para coleta de dados foi pela pesquisa documental de fontes primárias e secundárias e foi motivada pela sua acessibilidade. Foi analisado um conjunto de demonstrações contábeis anuais publicadas com notas explicativas e publicadas sem notas explicativas, no período entre 2011 e 2015. Os resultados alcançados com a amostra sugerem que as empresas deste segmento ainda não seguem plenamente ao que é exigido pela normativa frente aos critérios de reconhecimento e divulgação das naturezas contingentes e seus respectivos conteúdos, demonstrando fragilidade no contexto da divulgação das informações contingentes. Estes resultados vão de encontro com estudos nacionais e internacionais realizados em outros segmentos, que revelou baixa prática de evidenciação e divulgação dos passivos contingentes, principalmente os ambientais.

Palavras-Chave: Passivo Contingente. Reconhecimento. Mensuração. Divulgação. CPC 25.

ABSTRACT

The adherence to the rules of recognition, measurement and disclosure of information in the explanatory notes, provides greater reliability in the presentation of financial statements to users for analysis and decision making. The accounting rules, correlated to international Standards, were issued by the CPC and one of them was the Technical pronouncement, the CPC 25, which deals with the provisions and contingent liabilities and contingent assets. The contingent liability is an obligation of accounting difficult to recognition and measurement in view of the factors of uncertainty about the confirmation or not of their existence. In this context, this work had as main objective to know and analyze the criteria for the recognition, measurement and disclosure of information in the explanatory notes of the contingent liabilities (CPC 25), through a sample 17 companies corporations, capital opened and closed the sugarcane-ethanol sector in the State of São Paulo. The line of research was descriptive with qualitative and quantitative approach. The procedure used for data collection was the documentary research of primary and secondary sources and was motivated by its accessibility. Was analyzed a set of financial statements published annual with explanatory notes and published without explanatory notes, in the period between 2011 and 2015. The results obtained with the sample suggest that companies since segment not yet follow fully to what is required by the legislation in relation to criteria for recognition and disclosure of contingent natures and their respective content, demonstrating weakness in the context of dissemination of contingent information. These results are consistent with national and international studies conducted in other segments, which revealed low practice of disclosure and disclosure of contingent liabilities, especially the environmental.

Keywords: Contingent Liabilities. Recognition. Measurement. Disclosure. CPC 25.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Resumo da Estrutura do Trabalho.....	25
Figura 2 – Resumo dos quesitos do CPC 25.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação do grau de riscos.....	31
Quadro 2 – Informações a serem divulgadas determinadas pela CVM.....	35
Quadro 3 – Informações divulgadas sobre o CPC 25.....	35
Quadro 4 – Pesquisas Nacionais sobre os critérios do CPC 25.....	41
Quadro 5 – Pesquisas Estrangeiras sobre os critérios do CPC 25.....	46
Quadro 6 – Categorização das contingências passivas.....	52
Quadro 7 – Conteúdos das Notas Explicativas (NE) sobre Passivos Contingentes.....	53
Quadro 8 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Raízen S/A.....	61
Quadro 9 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Raízen S/A.....	62
Quadro 10 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Biosev S/A.....	63
Quadro 11 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Biosev S/A.....	63
Quadro 12 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – São Martinho S/A.....	64
Quadro 13 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – São Martinho S/A... 	65
Quadro 14 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Guarani S/A.....	65
Quadro 15 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Guarani S/A.....	66
Quadro 16 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Clealco S/A.....	66
Quadro 17 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Clealco S/A.....	67
Quadro 18 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Tonon S/A.....	68
Quadro 19 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Tonon S/A.....	68
Quadro 20 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Santa Adélia S/A.....	69
Quadro 21 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Santa Adélia S/A.....	69
Quadro 22 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Barra Grande S/A.....	70

Quadro 23 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Barra Grande S/A..	70
Quadro 24 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Zillo S/A.....	71
Quadro 25 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Zillo S/A.....	71
Quadro 26 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Quatá S/A.....	72
Quadro 27 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Quatá S/A.....	72
Quadro 28 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Santa Fé S/A.....	73
Quadro 29 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Santa Fé S/A.....	73
Quadro 30 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – São Manoel S/A.....	74
Quadro 31 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – São Manoel S/A.....	74
Quadro 32 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Santo Antonio S/A.....	75
Quadro 33 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Santo Antonio S/A..	75
Quadro 34 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Pontal S/A.....	76
Quadro 35 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Pontal S/A.....	76
Quadro 36 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – São Francisco S/A.....	77
Quadro 37 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – São Francisco S/A...	77
Quadro 38 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Ester S/A.....	78
Quadro 39 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Ester S/A.....	78
Quadro 40 – Divulgação dos tipos de Passivos Contingentes – Agrícola Quatá.....	79
Quadro 41 – Conteúdos divulgados dos Passivos Contingentes – Agrícola Quatá.....	79
Quadro 42 – Reconhecimento dos Passivos Contingentes nas empresas Sucroalcooleiras.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas sociedades anônimas do segmento sucroalcooleiro do estado de São Paulo.....	55
Tabela 2 – Amostra de empresas da pesquisa	57
Tabela 3 – Perfil individual das empresas sucroalcooleiras.....	59
Tabela 4 – Empresas sucroalcooleiras que publicaram as demonstrações contábeis e divulgaram notas explicativas	60
Tabela 5 – Empresas sucroalcooleiras que publicaram as demonstrações contábeis e não divulgaram notas explicativas.....	80
Tabela 6 – Contingências divulgadas da pesquisa	86
Tabela 7 – Conteúdos das contingências divulgadas da pesquisa.....	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCA	Associação Brasileira de Companhias Abertas
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo.
BOVESPA	Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.
CADIN	Cadastro de Inadimplentes
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
COPERSUCAR	Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
EnANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.
<i>FASB</i>	<i>Financial Accounting Standards Board.</i>
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.
<i>GAAP</i>	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GR	Gerenciamento de Resultado.
<i>IAS</i>	<i>International Accounting Standards.</i>
<i>IASB</i>	<i>International Accounting Standards Board.</i>
<i>IASC</i>	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
<i>ICAI</i>	<i>Institute of Chartered Accountants of India</i>

<i>ICMA</i>	<i>International Capital Market Association</i>
IEA	Instituto de Economia Agrícola.
<i>IFRS</i>	<i>International Financial Reporting Standards.</i>
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
NE	Notas Explicativas
<i>NYSE</i>	<i>New York Stock Exchange</i>
PME	Pequenas e Médias Empresas
REFIS	Programa de Refinanciamento de Impostos
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito
<i>SEC</i>	<i>Securities and Exchange Commission.</i>
SERASA	Centralização dos serviços dos bancos.
<i>SFAS</i>	<i>Statement of Financial Accounting Standards.</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
1.2 QUESTÃO DA PESQUISA.....	20
1.3 OBJETIVOS.....	20
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	21
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
1.4 CONTRIBUIÇÕES.....	21
1.5 JUSTIFICATIVA.....	22
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1 CONCEITOS DE PASSIVOS.....	26
2.2 CONCEITOS DE PROVISÕES.....	27
2.3 CONCEITOS DE CONTINGÊNCIA.....	28
2.3.1 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA.....	29
2.3.2 RESERVA PARA CONTINGÊNCIA.....	29
2.3.3 DISTINÇÃO ENTRE PROVISÃO E RESERVA PARA CONTINGÊNCIA.....	30
2.4 PASSIVOS CONTINGENTES.....	30
2.4.1 TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES.....	32
2.4.2 RECONHECIMENTO DOS PASSIVOS CONTINGENTES.....	33
2.4.3 MENSURAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES.....	34
2.4.4 DIVULGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES.....	34
2.4.5 EVIDENCIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES.....	36
2.4.6 DIFERENÇA ENTRE DIVULGAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES.....	37
2.5 CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES.....	37
2.6 ÁRVORE ILUSTRATIVA DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO.....	40
2.7 ESTUDOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CPC 25.....	41

2.7.1 PESQUISAS NACIONAIS.....	41
2.7.2 PESQUISAS INTERNACIONAIS.....	46
3 METODOLOGIA.....	49
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	49
3.2 CAMPO DE PESQUISA.....	50
3.3 MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	51
3.3.1 ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	51
3.4 MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	53
3.5 EMPRESAS DA PESQUISA.....	55
3.5.1 AMOSTRA DE EMPRESAS AVALIADAS NA PESQUISA.....	57
4 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS.....	59
4.1 PERFIL INDIVIDUAL DAS EMPRESAS DA AMOSTRA.....	59
4.2 EMPRESAS DA AMOSTRA QUE PUBLICARAM SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DIVULGARAM NOTAS EXPLICATIVAS.....	60
4.3 ANÁLISE DOS PASSIVOS CONTINGENTES DAS EMPRESAS QUE PUBLICARAM E DIVULGARAM NOTAS EXPLICATIVAS.....	61
4.3.1 RAÍZEN ENERGIA S/A.....	61
4.3.2 BIOSEV BIOENERGIA S/A.....	63
4.3.3 SÃO MARTINHO S/A	64
4.3.4 GUARANI S/A	65
4.3.5 CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A.....	66
4.3.6 TONON BIOENERGIA S/A.....	68
4.3.7 USINA SANTA ADÉLIA S/A.....	69
4.3.8 USINA BARRA GRANDE DE LENÇÓIS S/A.....	70
4.3.9 AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S/A.....	71
4.3.10 AÇUCAREIRA QUATÁ S/A.....	72
4.3.11 USINA SANTA FÉ S/A.....	73
4.3.12 USINA AÇUCAREIRA SÃO MANOEL S/A.....	74
4.3.13 USINA SANTO ANTONIO S/A.....	75
4.3.14 USINA CONQUISTA DO PONTAL S/A.....	76
4.3.15 USINA SÃO FRANCISCO S/A.....	77
4.3.16 USINA AÇUCAREIRA ESTER S/A.....	78
4.3.17 COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ.....	79

4.4 EMPRESAS DA AMOSTRA QUE PUBLICARAM SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NÃO DIVULGARAM NOTAS EXPLICATIVAS.....	80
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	82
5.1 BREVE CONTEXTO DO RECONHECIMENTO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS ANALISADAS.....	83
5.2 BREVE CONTEXTO SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS ANALISADAS.....	84
5.3 BREVE CONTEXTO SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS CONTEÚDOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS ANALISADAS.....	85
5.4 NATUREZAS CONTINGENTES DIVULGADAS NA PESQUISA.....	85
5.5 CONTEÚDOS CONTINGENTES DIVULGADOS NA PESQUISA.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Para harmonização da Contabilidade Brasileira aos padrões contábeis internacionais, foi criado em 2005 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução 1055, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cuja atribuição é de elaborar os pronunciamentos contábeis brasileiros em conformidade com as normas internacionais. O objetivo central desta harmonização visa preservar as características peculiares de cada país, além de permitir que as normas contábeis estejam em conformidade com outros países, potencializando a comunicação entre os usuários das demonstrações contábeis (NIYAMA, 2008).

O marco da evolução dos padrões contábeis brasileiros para o padrão internacional ocorreu com a promulgação das Leis 11.638/07 e 11.941/09 que modificaram a legislação societária, modernizando a contabilidade e exigindo que as companhias brasileiras (especificamente as de capital aberto) passassem a utilizar os pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade.

Embasado nas normativas internacionais, o comitê do CPCs idealizado pela Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), a Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), redigiu 63 documentos, entre 2008 e 2012, sendo que 42 deles foram destinados para os pronunciamentos contábeis, intitulados CPCs.

Dentre os Pronunciamentos Técnicos criados pelo comitê, totalizando em Setembro/2016, 44 ativos, incluindo o CPC PME (para Pequenas e Médias Empresas), foi aprovado e divulgado durante 3º trimestre de 2009, O CPC 25 correlacionado com *International Accounting Standard (IAS 37)* que tratam sobre as provisões, passivos e ativos contingentes. Este comitê também instituiu em 2014, o OCPC 07, que trata de uma orientação técnica sobre os requisitos básicos de elaboração e evidenciação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, envolvendo as notas explicativas.

Movimentando o ambiente corporativo para atender a estas novas exigências regulatórias do padrão contábil brasileiro para a convergência ao padrão internacional, as empresas nacionais começaram a elaborar suas primeiras demonstrações contábeis

consolidadas no padrão (IFRS) a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em comparação com o exercício de 2009.

Neste contexto, com a adoção da normativa do CPC 25 no mercado nacional, a partir de 2010, as empresas passaram a disponibilizar aos usuários internos e externos, informações mais detalhadas em notas explicativas, em que pese ser praticado em períodos anteriores, porém visando atender aos padrões estabelecidos por este pronunciamento, promovendo maior transparência na apresentação das demonstrações contábeis, que conforme Caetano et al. (2010), são essenciais para fornecimento de dados úteis e confiáveis aos usuários da informação contábil, com base em sólidos princípios para a tomada de decisão.

Nesta perspectiva de maior transparência e qualidade das demonstrações contábeis, no trabalho de Hendriksen e Breda (1999, p. 91) abordaram que

A informação contábil deve ser estruturada com elementos que atendam às necessidades de seus usuários mais exigentes, sendo que algumas informações úteis devem ser evidenciadas por estas demonstrações e outras só podem ser fornecidas por outros veículos de divulgação. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 91).

Na linha deste trabalho, salientando a custosidade para a elaboração e divulgação das informações contábeis para atender diferentes usuários, Almeida (2010, p. 27) escreveu

Que os órgãos responsáveis pela emissão dos pronunciamentos que compõem um determinado padrão contábil recomendam que as empresas produzam informações que atendam a um maior número possível de usuários, como o próprio Pronunciamento da Estrutura Conceitual da Contabilidade (CPC) sugere no Brasil. (ALMEIDA, 2010, p. 27)

Esse ambiente marcado pela inovação do sistema contábil no Brasil vem promovendo melhorias nas técnicas, procedimentos e comportamento dos profissionais da área contábil, produzindo assim incentivos para que as empresas sejam ainda mais transparentes e abrangentes na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Por ser uma prática estabelecida já a partir dos demonstrativos de 2010 comparados a 2009, com orientações do CPC da normativa do CPC 25 aos usuários da Contabilidade, alguns pesquisadores nos ciclos entre 2010 e 2015, foram em busca de investigar se as empresas estavam aderindo satisfatoriamente a esta normativa.

Segmentos importantes na economia nacional foram observados em pesquisas realizadas por Caetano et al. (2010) que pesquisaram sobre a evidenciação do passivo contingente nas demonstrações contábeis envolvendo as empresas do setor de Papel e Celulose, Fonteles et al. (2012) abordando a evidenciação das provisões e contingências das

companhias listadas na BM&FBOVESPA, Eckert et al. (2015) que pesquisaram dentro dos passivos contingentes: a evidenciação contábil das garantias concedidas por fabricantes de eletroeletrônicos, Machado, Souza e Costa (2015) pesquisaram os efeitos do conservadorismo no reconhecimento contábil de provisões após o Pronunciamento Técnico do CPC 25 nas empresas não-financeiras listadas na BM&FBOVESPA.

Cabe destacar que mesmo antes da aprovação e aplicação da normativa do CPC 25, alguns pesquisadores já vinham observando e avaliando o cumprimento das empresas frente à divulgação e evidenciação do passivo contingencial salientando os trabalhos de Farias (2004), que pesquisou a divulgação do passivo contingente no segmento químico e petroquímico e Oliveira (2007) que pesquisou as 500 maiores empresas portuguesas envolvendo o relato financeiro sobre provisões, passivos e ativos contingentes frente aos critérios da normativa do IAS 37, correlato ao CPC 25.

Pesquisas realizadas no mercado internacional também abordaram os aspectos relacionados ao CPC 25, antes e após sua divulgação, relativo aos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das informações sobre os passivos contingentes, destacando-se o trabalho de Kirk (2009), que escreveu que o objetivo do CPC 25 é de assegurar que adequados critérios de reconhecimento, de mensuração e que informações suficientes sejam divulgadas nas notas explicativas permitindo aos usuários compreender a sua natureza, tempo e o valor. Estes objetivos já teriam sido sinalizados nas pesquisas de Spence (1973) e Milgron e Roberts (1992).

Hennes (2014) investigou se a divulgação de informações de contingências legais fornece avaliações produtivas sobre contingências para os investidores, ou se o ambiente legal leva as entidades a reduzir ou não informar informação útil. A autora reitera a importância de divulgar contingências passivas transparentes.

O pilar normativo e demais legislações vigentes aliadas às experiências e práticas em análise de mercados e de crédito em empresas financeiras e não financeiras e o acesso a referenciais teóricos normativos do CPC 25, por ocasião do curso de mestrado em ciências contábeis, geraram dúvidas e questionamentos sobre a aderência das empresas frente às exigências da nova normativa, motivando a realização desta pesquisa.

O segmento sucroalcooleiro foi marcante e determinante para a escolha do tema de pesquisa. Nos trabalhos realizados na Área de Crédito, onde se avalia o potencial de crédito e de negócios das empresas, foi possível compreender os *modus operandi* das empresas do setor de açúcar e álcool que empregam um contingente rotativo em função dos períodos safras bem como exploram atividades agrícolas relacionadas à exploração de terra e não obstante geram

poluentes que prejudicam o meio ambiente. Neste caso é muito importante conhecer como as empresas deste segmento fazem a gestão, administração e contabilização dos custos e despesas com mão-de-obra, as estratégias para não prejudicar o meio ambiente, bem como a apropriação e reconhecimento destes processos.

Com relação aos aspectos tributários foi possível observar nas demonstrações contábeis, no grupo do passivo não circulante, mais precisamente de longo prazo a prática de escalonamento de pagamentos de tributos de ordem Federal e Estadual. Estas práticas envolviam operações de REFIS (Refinanciamento de Impostos), na qual as empresas do setor recolhiam e reconheciam em seus demonstrativos contábeis, porém não repassam os recursos aos cofres públicos, dado apresentarem restrições desta natureza junto ao CADIN e SCPC.

Portanto, pelo suporte da área de cadastro a área de crédito, que realizava uma compilação de informações sobre as empresas sucroalcooleiras, em pesquisa junto ao SERASA Experian, no Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), no Cadastro de Inadimplentes (CADIN) e Receita Federal, nos relatórios emitidos por esta área, o que mais chamava a atenção dos analistas eram os indicadores de inadimplência, protestos e operações do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

No conjunto de empresas destinadas para análise, cujo processo era segmentado em algumas instituições financeiras, ou seja, haviam determinados especialistas para analisar e avaliar determinados segmentos, onde algumas empresas mereciam maiores detalhes sobre o perfil do endividamento apresentado nas demonstrações contábeis, salientando as do setor sucroalcooleiro, com excesso de passivos contingentes de natureza trabalhista, tributária e em menor escala os ambientais. Essas responsabilidades, ligadas a estas contingências, demandavam um estudo especial por parte dos analistas, pois influenciavam direta ou indiretamente os indicadores econômico e financeiro das entidades do segmento e em certos casos na avaliação do crédito.

O estudo das práticas das informações contingenciais de uma empresa segundo as pesquisas de Suave et al. (2013), indicam que é essencial para que os usuários possam avaliar e compreender possíveis riscos inerentes a entidade investida, contribuindo e valorizando o processo de tomada de decisão. Neste sentido, pretende-se mostrar o nível de aderência destas informações frente às demonstrações contábeis e notas explicativas apresentadas pelas empresas sucroalcooleiras, entre 2011 e 2015, em vistas às novas exigências da normativa do CPC 25.

Como exposto, a análise dos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das demandas contingencias segue a linha das normativas estabelecidas pela CVM através da

deliberação 594/09 e pelo CPC 25, que tratam dos passivos contingentes. Neste aspecto é importante ressaltar que o CPC (PME) não se aplica neste estudo, pois as empresas produzem suas demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores, autoridades fiscais ou governamentais.

A deliberação da CVM nº 594/09 orienta que as obrigações contingentes devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis, mesmo aquelas cuja probabilidade for incerta. Porém o CPC 25 tem uma opinião mais conservadora, dizendo que o termo contingente é atribuído aos passivos e ativos não reconhecidos, pois sua existência só será confirmada pela sua ocorrência, ou não, de eventos futuros incertos que não se encontram sob controle da organização. Esta colocação também é defendida por Martins et al. (2013) sobre o termo contingente.

1.2 QUESTÃO DA PESQUISA

A abordagem do CPC 25 tem como princípio avaliar a aderência das empresas dentro dos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes permitindo aos usuários compreender se as empresas atendem aos quesitos normativos, exemplificando os passivos trabalhistas, passivos tributários e passivos ambientais. Com relação aos passivos ambientais, haverá sempre a dificuldade das empresas assumirem, espontaneamente, as suas contingências, especialmente aquelas relacionadas aos passivos ambientais gerados pelo processo fabril (SLOMSKI et al., 2010), tendo em vista que seu reconhecimento está vinculado à sua existência.

Diante das novas exigências das práticas contábeis e pela necessidade de conhecer e analisar os critérios relativos à aderência das normas do CPC, pelos caminhos de uma pesquisa exploratória documental, motiva-se o seguinte questionamento: **Qual é o nível de aderência das práticas contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes ao CPC 25 pelas empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo?**

1.3 OBJETIVOS

Com base na problemática, elaborou-se o objetivo geral e os objetivos específicos para conhecer o nível de aderência dos passivos contingentes pelas empresas sucroalcooleiras

do Estado de São Paulo conforme exigências normativas da CVM (deliberação 594/09) e pelo CPC 25.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer o nível de aderência das práticas contábeis relacionados com os passivos contingentes utilizadas pelas empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo frente aos quesitos normativos da CVM (deliberação 594/09) e pelo CPC 25.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos foram orientados para:

- a) Analisar os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes pela sua natureza contábil, aplicados no setor sucroalcooleiro no Brasil;
- b) Classificar em categorias os passivos contingentes identificados nas empresas de açúcar e álcool;
- c) Evidenciar a frequência da divulgação dos passivos contingentes e dos conteúdos que complementam as informações requeridas pelas normativas da CVM (594/09) e do CPC 25 correlatos ao *IAS 37*.

1.4 CONTRIBUIÇÕES

Espera-se que esta pesquisa contribua para o aprofundamento das discussões relacionadas à harmonização e padronização das normas contábeis no ambiente empresarial e acadêmico brasileiro considerando a aderência dos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação em notas explicativas das informações contábeis, mais especificamente dos passivos contingentes, permitindo aos usuários compreender o que as empresas apresentam em suas demonstrações contábeis frente ao que é exigido pelas normativas.

Entende-se que estudos voltados para investigar se as empresas estão aderindo aos critérios das normativas dos CPCs, disseminando o processo de convergência contábil, poderão contribuir não só para apontar se as empresas atendem aos quesitos estabelecidos

pelos órgãos reguladores, mas também como um instrumento auxiliar aos usuários da Contabilidade no processo de tomada de decisão.

1.5 JUSTIFICATIVA

O presente estudo se faz necessário em função de investigar o compromisso das empresas em atender as novas exigências estabelecidas pela CVM (deliberação 594/09) e pelo CPC 25 na elaboração e apresentação de suas demonstrações contábeis para apreciação e utilização dos usuários da contabilidade que necessitam de informações mais claras e objetivas para o processo de tomada de decisões e investimentos.

O segmento tem um papel relevante na economia nacional e internacional bem como no setor sucroenergético para redução de emissão de gases de efeito estufa e outros gases poluentes bem como se constituir em uma matriz energética mais sustentável. (UNICA, 2015). Portanto a escolha do segmento sucroalcooleiro, dentro de sua característica agrícola relacionado principalmente à produção de açúcar e álcool, foi motivada em função das empresas estarem condicionadas a apresentar contingências de naturezas tributárias, trabalhistas, ambientais, entre outras.

Neste contexto, pela instabilidade que atravessa o segmento no quadro ocupacional que segundo pesquisa do Instituto de Economia Agrícola (IEA) através dos dados compilados do Cadastro Geral de empregados e desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED), em suas áreas agrícolas e não agrícolas, o setor admitiu 99.842 e desligou 122.393 empregados, gerando um déficit ocupacional de 22.551, no estado de São Paulo, em 2014, justificado pelo elevado grau de endividamento e pela estiagem do setor (Toledo, 2015) e também pela degradação ao meio ambiente pela queima de matérias primas, a pesquisa torna-se imprescindível para conhecer os critérios adotados pelas empresas na contabilização destes passivos.

As principais regiões produtoras que empregam este contingente agrícola são: Sul (responsável por uma área de plantio de 403,9 mil hectares, 96,4% do potencial de produção), vindo depois Sudeste, Centro-Oeste e Norte-Nordeste. Diante desta dimensão, é mencionado no trabalho de Fernandes, Shikida e Cunha (2013) que a lavoura canavieira ocupa cerca de 9,6 milhões de hectares ou aproximadamente 3% de toda a área arável a nível nacional e função das especialidades geográficas e pelos aspectos climáticos.

Frente à importância do segmento na economia e na área social e pelos problemas gerados ao meio ambiente, abre-se um paradoxo que segundo Mattos e Mattos (2004, p. 37), escreveram que

O setor sucroalcooleiro apresenta um paradoxo: se, por um lado, é considerado um vetor de desenvolvimento socioeconômico e um exemplo de atividade ecológica, por outro, é criticado sistematicamente como responsável pela degradação ambiental e pela exclusão e deterioração social. (MATTOS; MATTOS, 2004, p. 37).

Segundo Bergamini Jr. (1999), cuja pesquisa dá ênfase em contabilidade ambiental, considera que o poluidor é obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade e na linha de Ometto, Mangabeira e Hot (2005) onde escreveram que alguns aspectos ambientais precisam ser melhorados, salientando a prática da queimada antes do corte, que apresenta um alto potencial de impacto ambiental.

Considerando as demais contingências passivas, torna-se imprescindível conhecer os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação destas informações contingenciais adotados pelas empresas sucroalcooleiras e se as mesmas estão atendendo as normativas reguladoras. Está é a finalidade do CPC 25 que visa assegurar para que as empresas atendam as novas exigências regulatórias.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho foi dividido em seis partes sendo: a introdução, o referencial teórico, a metodologia da pesquisa, análise das características das empresas, resultados e discussão e considerações finais.

Na introdução foi apresentado o tema da pesquisa, o problema, os objetivos gerais e específicos, a contribuição e a justificativa.

No referencial teórico foram abordados os conceitos de passivos, provisões e contingência; provisão para contingência e reserva para contingência e suas distinções; passivos contingentes e seus tipos; processo de reconhecimento, mensuração, divulgação e evidenciação (*disclosure*) dos passivos contingentes; o CPC 25 e uma ilustração desta normativa; estudos nacionais e internacionais realizados sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação do CPC 25.

Na metodologia é apresentada a classificação da pesquisa, o campo de pesquisa, os métodos e técnicas de coleta de dados com seus instrumentos auxiliares e os métodos, técnicas e procedimentos de análise de dados.

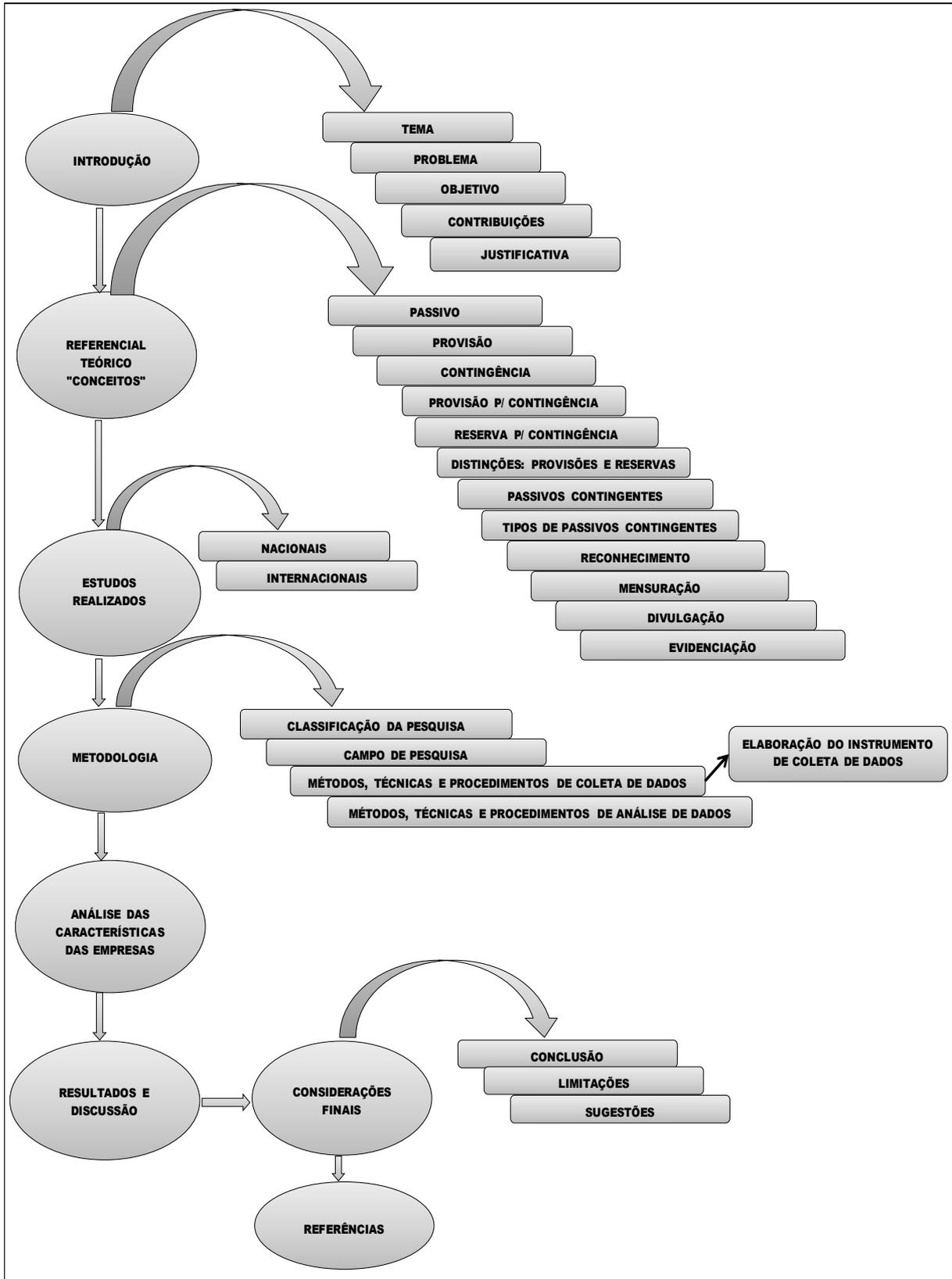
A análise das características das empresas envolveu aspectos relacionados a sua constituição, membros da gestão, quadro funcional, quadro individual das contingências reconhecidas e quadro individual dos conteúdos das contingências reconhecidas.

Na análise e discussão os resultados foram apresentados os dados obtidos a partir da análise das demonstrações contábeis das empresas selecionadas, que envolve o período de 2011 a 2015.

Nas considerações finais foram apresentadas as conclusões, limitações e sugestões para novas pesquisas.

Na figura 1 pode-se visualizar a estrutura resumida da dissertação.

FIGURA 1 – RESUMO DA ESTRUTURA DO TRABALHO



Fonte: elaborado pelo autor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, os critérios para a convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, embasadas nos CPCs, passaram a ser um grande desafio para as organizações nacionais em vistas a atender as necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. Estudar o que as empresas publicam frente ao que é exigido pelas normativas, neste caso o CPC 25, passou a ser um dos pilares na academia.

Nesta sessão é realizado o enquadramento teórico e revisão de literatura que permitiram conhecer conceitos associados às temáticas de passivos, provisões, contingências, aos passivos contingentes e o tratamento contábil, os tipos de passivos contingentes, o processo de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes, as reservas para contingências, a distinção entre provisões e passivos contingentes e estudos realizados sobre o CPC 25.

2.1 CONCEITOS DE PASSIVOS

Passivos demonstram as exigibilidades das empresas e se referem a fatos ocorridos no passado resultando em obrigações presentes que necessitam de desembolsos futuros e que serão capazes de gerar algum benefício econômico. Nesta linha Hendriksen e Van Breda (1999, p. 409) afirmam que passivos são “[...] sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultante de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou serviços para outras entidades no futuro em consequência de transações ou eventos passados”.

Este conceito segue a linha de raciocínio do IASB (2002) que define que os passivos são os prováveis sacrifícios futuros em detrimento de obrigações presentes de uma entidade para transferir ativos ou fornecer serviços para outras entidades no futuro decorrentes de eventos passados.

Para Iudícibus (2010, p. 144), “[...] Passivo implica comprometimento da entidade em consumir ativos, em uma data determinada, para satisfazê-lo ou para extingui-lo e provém sempre, de transações que já ocorreram, embora o desembolso ocorra somente no futuro”. Já Marion (2009), tem uma visão estrutural do passivo frente aos olhares do mercado financeiro acrescentando que o passivo exigível é conhecido como dívidas com terceiros, recursos de terceiros ou capital de terceiros.

Essa linha de pensamento dos clássicos em Contabilidade bem como do IASB não se diferencia dos conceitos atribuídos pelo CPC 00 (R1) que trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e pelo CPC 25 das provisões, passivos e ativos contingentes onde descrevem que “o passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

Segundo Du, Stevens e Mcenroe (2011), que realizaram um comentário sobre o texto do IAS 37 correlacionado com o CPC 25. Eles argumentam a importância do termo probabilidade sendo necessário para avaliar os critérios de reconhecimento de um passivo ou de uma contingência, que em certas ocasiões impactam no julgamento para a divulgação destas informações.

O problema principal do passivo talvez não esteja vinculado à sua evidenciação ou provisão, mas sim nos aspectos de reconhecimento e registro, refletindo no aumento ou redução dos resultados contábeis da empresa caso determinados itens sejam caracterizados como uma contingência ou passivo. Neste sentido Iudícibus (2010), afirma que: não há dúvidas que quando se reconhece uma despesa logo em contrapartida gera um passivo, que não é uma contingência, dado a sua probabilidade de ocorrência, cujo desfecho irá refletir no cálculo do lucro ou prejuízo da empresa. Neste caso o reconhecimento só será possível desde que haja uma estimativa suficientemente confiável. (NIYAMA; SILVA, 2011).

2.2 CONCEITOS DE PROVISÕES

O Pronunciamento Contábil Básico – CPC 00 (2011) determina que os passivos só devam ser mensurados tendo em vista um expressivo nível de estimativa ou confiança. Nos padrões contábeis brasileiros esses passivos são caracterizados como provisões, porém caso envolva uma situação presente que atenda aos critérios de definição, tal fato será considerado um passivo. Conforme Martins et al. 2013, existe diferença entre provisões legítimas e as provisões derivadas de apropriações por competência (*accruals*), sendo que as de competência são caracterizadas como obrigações já existentes, registradas no período de competência em que não existe grau de incerteza relevante. Sendo assim, podem-se caracterizar como passivos legítimos, ou seja, por obrigações a pagar e não devem ser reconhecidos como provisões exemplificando: férias a pagar, 13º salário a pagar, dividendos a pagar.

Diante dos fatos, as obrigações que são reconhecidas como passivo são caracterizadas como obrigações presentes sendo possível que haja um efetivo desembolso de recursos que incorporem benefícios econômicos para sua liquidação. Já a provisão deve ser reconhecida desde que haja uma obrigação presente, como resultado de evento passado, desde que seja provável uma saída de recursos e que seja exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para sua liquidação e que o valor da obrigação possa ser uma estimativa confiável (CFC, 2009).

2.3 CONCEITOS DE CONTINGÊNCIA

A contingência pode possuir diferentes naturezas sendo uma situação de risco já existente e que envolve incerteza com relação a sua ocorrência (Martins et al. 2013), pois seus resultados, se positivo ou negativo, deverá ser confirmado mediante um acontecimento futuro. Nesta linha o Financial Accounting Standards Board (SFAS, nº 5, 2002, p. 34) definiu que contingência é “uma condição existente, ou um grupo de circunstâncias envolvendo incertezas relativas a possíveis ganhos ou perdas para uma empresa, que será resolvida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou não”.

Existem ainda dificuldades quanto à diferenciação entre os termos contingência e provisão. De acordo com a CVM (Deliberação 594/09) todas as provisões são contingentes dado às incertezas relacionadas ao prazo e valor, porém o CPC 25 adota o termo contingente para aqueles passivos e ativos que não são reconhecidos, pois sua existência só será confirmada pela ocorrência, ou não, de eventos futuros incertos que não se encontram sob controle da entidade.

Segundo Suave et al. (2013) as contingências são muito relevante quando da sua divulgação pois contribui no processo decisório em revelar situações que envolvam riscos de continuidade no cenário em que a empresa se apresenta. Esta consideração acompanha o raciocínio de Linsmeier e Boatsman (1998) que enfatizam que a evidenciação sobre provisões e contingências enriquecem as informações disponibilizadas aos usuários das demonstrações contábeis, reduzindo o grau de incerteza relacionada a estes eventos.

Verifica-se que os conceitos abordados pelos pesquisadores e normativas sobre as contingências são bastante semelhantes buscando informar em síntese a condição de incerteza relacionada à ocorrência (ou não) do evento futuro.

2.3.1 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

Sustentada pelo Princípio da Prudência, que reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade, é decorrente principalmente de processos judiciais, envolvendo demandas trabalhistas, tributárias, ambientais, entre outras, cujos valores podem ser reconhecidos e estimados no caso de despesas do exercício tendo sua contrapartida no passivo exigível e sua probabilidade de ocorrência é provável, devendo ocorrer uma saída de recursos no futuro, refletindo assim no resultado contábil e patrimônio da entidade.

Para o CPC 25 o reconhecimento da provisão contingencial deve atender aos seguintes quesitos, caso contrário nenhuma provisão deverá ser reconhecida:

- a) Ser uma obrigação presente (legal ou não formalizada) derivada de evento passado;
- b) Haja provável saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para sua liquidação;
- c) Possa ser realizada uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação.

2.3.2 RESERVA PARA CONTINGÊNCIA

Diferentemente da provisão, as reservas de contingências não são obrigatórias, pois se originam da necessidade de se apropriar parte do lucro obtido na reserva específica dentro do Patrimônio Líquido. Sua constituição deve ser prevista no Estatuto Social da entidade ou na deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Dentre os principais fundamentos da constituição da reserva de contingência determinados pela Lei 6.404/76 foram respectivamente:

- a) Dar suporte para cobertura a perdas ou prejuízos potenciais com a absorção de parte dos lucros auferidos pela entidade, tendo em vista a distribuição de dividendos;
- b) Dado sua destinação, sua constituição afeta diretamente o resultado contábil;

- c) Ocorrendo ou não as perdas contingenciais, a parcela destinada para esta competência caso o fato não aconteça será revertida para o patrimônio da empresa, integrando a base de cálculo para pagamento de dividendos.

2.3.3 DISTINÇÃO ENTRE PROVISÃO E RESERVAS DE CONTINGÊNCIAS

Para distinguir estes passivos, a classificação e registro nos aspectos de provisão ou reserva, é definida mediante o seguinte questionamento: “O fato gerador contábil ocorreu ou não?”. Se a resposta for positiva é caracterizada como uma provisão, refletindo em passivo, cuja contrapartida, é uma redução do resultado contábil que deve ser constituída independentemente da entidade apresentar lucro ou prejuízo no período (IUDÍCIBUS, 2010).

Já no caso das reservas, segundo a Lei 6.404/76, são constituídas com a finalidade de compensar redução de lucro pela perda contingente a ser mensurada com a probabilidade passível de ocorrência, evitando assim possíveis desequilíbrios financeiros.

Sendo assim, o principal objetivo na apropriação das reservas é preservar o patrimônio da entidade, cujo patrimônio é uma fonte de recursos próprios para os ativos da empresa (NIYAMA; SILVA, 2011), evitando que a administração distribua todo o lucro apurado no exercício na forma de dividendos, satisfazendo assim contingências futuras da organização.

Diante do exposto o principal fator que diferencia a provisão para contingências e reservas para contingências está na sua obrigatoriedade, pois a provisão depende da ocorrência do fato gerador e a reserva esta definida pelas normativas institucionais.

2.4 PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme o CPC 25 correlato com o *IAS 37*, os passivos contingentes são definidos:

a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por que:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Diante dos conceitos atribuídos sobre passivos contingentes pelo CPC 25, suas características estão atreladas a probabilidade de ocorrência, pois sua existência só poderá ser confirmada através de eventos futuros. Seu reconhecimento só poderá acontecer mediante a probabilidade de uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos e que o valor seja mensurado com confiabilidade.

No contexto das suas probabilidades a classificação dos passivos contingentes segundo a legislação brasileira em conformidade com as normas internacionais para diferenciar cada um dos destes passivos é atribuído às notações: provável, possível e remota que direcionam as empresas a avaliar e classificar seus riscos contingentes, conforme quadro 1.

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE RISCOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Probabilidades	Definição	Efeitos nas demonstrações financeiras.
Prováveis	Grandes chances de perdas por parte da entidade envolvida sobre fatos ocorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.	Os recursos deverão ser estimados e provisionados, incluindo todos os gastos, bem como eventuais recuperações esperadas, devendo, os fatos serem divulgados em notas explicativas.
Possíveis	Existe a possibilidade de perdas ocorrerem.	A perda não é reconhecida, sendo apenas divulgada em notas explicativas.
Remota	As perdas contingentes possuem chances pequenas de ocorrerem.	Não se faz o registro, nem a divulgação do fato em notas explicativas.

Fonte: adaptado de Arthur Andersen (2000, p. 47)

Semelhante às atribuições de probabilidade conforme o quadro 1, Kieso, Weygandt e Warfield (2012) relatam na pesquisa que o FASB usa o termo provável, razoavelmente possível e remoto para identificar os diferentes tipos de passivos que devem ser evidenciados de formas distintas.

Mesmo pelo fato dos passivos contingentes não poderem ser reconhecido em detrimento das incertezas que o cercam Niyama e Silva (2011), acreditam que os mesmos devem ser divulgados a não ser que haja uma remota possibilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para sua liquidação. Esta observação também é defendida pela CVM (deliberação 594/09) que menciona que o passivo contingente qualificado como

possível ou remoto qualquer informação relevante deverá ser divulgada em notas explicativas, desde que as incertezas sejam relevantes.

Nos casos de natureza de disputa judicial, se as informações sobre os passivos contingentes venham a prejudicar a posição da organização frente a outras partes, a informações não serão necessárias na divulgação, porém deverá divulgar a natureza geral de disputa, dado a não exposição dos fatos, com a devida justificativa (CPC 25, 2009).

2.4.1 TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES

Dentre os tipos de passivos contingenciais mais divulgados em pesquisas realizadas em segmentos que envolvem a economia nacional, estão: os trabalhistas, os tributários e os ambientais. Martins et al. (2013) dão como exemplos os custos com reestruturação; danos ambientais causados pela entidade; penalidades por desacordos contratuais, os contratos onerosos; e ainda, obrigações oriundas e removias ativos de longo prazo, tradicional em empresas de minério e petróleo, agregando ao custo destes ativos os futuros desenhos com sua remoção.

Segundo a CVM (594/09) e o CPC 25, as notas explicativas publicadas em conjunto com os demonstrativos contábeis devem esclarecer no mínimo a natureza das obrigações contingentes podendo ser de ordem trabalhista, tributário, cível e ambiental, para que os principais usuários da contabilidade possam conhecer melhor a situação da empresa entre eles, os concorrentes, sindicatos, entre outros (MARION, 2009).

Com relação às obrigações contingentes, mais precisamente as de ordem trabalhista Pereira (2008, p. 95) descreveu que:

Das inúmeras reclamações trabalhistas movidas contra as organizações em face da legislação protecionista em favor do empregado está diretamente relacionado ao risco operacional de uma organização. As possíveis perdas decorrentes da não provisão de um possível passivo trabalhista podem comprometer as finanças da organização gerando um contingenciamento de despesas, afetando negativamente a saúde da empresa. (PEREIRA, 2008, p. 95).

Cabe destacar que os passivos de ordem trabalhista são muito comuns nas entidades, cujo tratamento é cauteloso, pois o que é reclamado nem sempre corresponde ao fato ou nos montantes exigidos, podendo assim direcionar para um acordo entre as partes, dificultando mensurar qual o valor provável da causa em questão (FARIAS, 2004), prejudicando assim a definição da probabilidade de ocorrência.

As contingências tributárias também revelam sua complexidade para sua mensuração dado a inconsistência na apresentação de valores determinados pela justiça, se o imposto é devido e o desfecho do processo (FARIAS, 2004). Estes processos podem surgir a partir do advento de um novo tributo ou por mudança de alíquotas nas quais podem ocorrer interpretações dúbias em seus textos da lei, que por motivos de possíveis erros abre espaço para processos judiciais para sua reparação (MARTINS et al., 2013).

Com relação às questões ambientais haverá sempre dificuldade das empresas assumirem, espontaneamente, as suas contingências, especialmente aquelas relacionadas aos passivos ambientais gerados pelo processo produtivo (SLOMSKI et al., 2010). Para Bergamini Junior (1999, p. 104), “as questões ambientais deverão ser declaradas apenas nas notas explicativas, e sua emergência, se e quando o evento contingente ocorrer, acarretando a constituição de um passivo ambiental”.

Com base nos julgamentos dos pesquisadores envolvendo as obrigações contingenciais é possível que haja dificuldades das empresas em reconhecer, mensurar e divulgar estes passivos tendo em vista alegações e complexidade que comprometem a realidade dos fatos e determinação de valores, Farias (2004) e Caetano et al. (2010). Agregase a este fato a postura das entidades em diferenciar estas contingências em nota explicativas com relação a probabilidade dos riscos existentes.

2.4.2 RECONHECIMENTO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Para o FASB (1989, p. 119), “reconhecimento é o processo de incorporar formalmente um item nas demonstrações contábeis de uma entidade como sendo um ativo, um passivo, uma receita, uma despesa ou algo parecido” (tradução nossa). A visão do IASC (1989, p. 65) caminha na mesma linha do FASB, porém é mais peculiar no seu argumento, mencionando que “o reconhecimento é o processo de incorporar, no balanço patrimonial ou na demonstração de resultado, um item que atenda aos critérios de reconhecimento” (tradução nossa).

Para o CPC 25, o reconhecimento do Passivo Contingente sempre assumirá uma estimativa que seja confiável para quaisquer que sejam as saídas esperadas. A melhor estimativa se relaciona ao valor presente em que o efeito do valor do dinheiro do tempo é material.

Com base nos conceitos das normativas envolvendo o processo de reconhecimento dos passivos contingentes os argumentos descrevem a importância de se conhecer os meios que

satisfaçam os critérios de reconhecimento relacionados à probabilidade de ocorrência e as estimativas sobre o valor presente dos passivos contingentes derivados de eventos passados.

2.4.3 MENSURAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Com relação à mensuração, cabe destacar que as regras gerais na sua aplicação deverão constar nas provisões para contingências passivas, bem como a sua confiabilidade. O emprego de estimativas, a análise de riscos, as incertezas e a probabilidade de ocorrência de eventos futuros refletirão sobre os valores atribuídos aos passivos contingentes. No caso do uso de estimativas, conforme o *IAS 37* (2002, § 42), diz ser necessário considerar os riscos e as incertezas que inevitavelmente envolvem vários eventos futuros e circunstâncias que envolvem as contingências, refletindo inclusive nas provisões das mesmas.

Nestes eventos futuros, o registro no processo contábil depende de sua mensuração, obedecendo aos critérios de confiabilidade e, caso não seja possível e for relevante, o fato poderá ser divulgado por meio de notas explicativas, de acordo com Farias (2004, p. 57). Já a norma do CPC 25 define que os critérios de mensuração, reconhecimento e divulgação do passivo contingente, evidencia a existência de dificuldade na mensuração destes passivos tendo em vista que seu valor será definido a partir de eventos futuros.

Para dar maior consistência na mensuração destas exigibilidades, a deliberação da CVM 594/09, que tornou obrigatória a adoção do CPC 25, a partir de 2010 para as empresas de capital aberto, relata que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, adicionando experiências de transações semelhantes.

Entre estas transações pode ser exemplificado na pesquisa de Cohen et al. (2011), que questionaram o termo “garantia” e se o mesmo é tratado como um indicador de qualidade dos produtos de uma empresa, um passivo contingente, ou uma ferramenta de gerenciamento de resultados, evidenciando a prática de Gerenciamento de Resultados (GR), muito comum em empresas que visam trabalhar com planejamento fiscal, enaltecendo a presença do parecer de peritos independentes.

2.4.4 DIVULGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

A CVM, através da deliberação 594/09, determina que se deva ter no mínimo as informações descritas no quadro 2:

QUADRO 2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS DETERMINADAS PELA CVM.

01	A natureza da contingência (trabalhista, tributária, cível e ambiental).
02	Uma descrição do evento contingente que envolva a entidade.
03	Qual a chance de ocorrência da contingência (provável, possível e remota).
04	Em que instâncias se apresentam os passivos contingentes.
05	Jurisprudência sobre os passivos contingentes.
06	Avaliação das consequências dos passivos contingentes sobre os negócios da entidade.

Fonte: elaborado pelo autor conforme Deliberação 594/09 da CVM

Já a normativa do CPC 25 diz que quando existir uma obrigação e for provável que ocorram sacrifícios futuros prováveis para sua liquidação e seja possível fazer uma estimativa confiável no montante a ser pago, neste caso deve-se fazer uma provisão e divulgar em notas explicativas da demonstração contábil as informações conforme descritas no quadro 3:

QUADRO 3 – INFORMAÇÕES DIVULGADAS SOBRE O CPC 25.

Item 01	O valor contábil no início e no fim do período.
Item 02	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.
Item 03	Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.
Item 04	Valores não utilizados revertidos durante o período.
Item 05	Descrição da natureza da obrigação.
Item 06	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação
Item 07	Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.
Item 08	Estimativa de seu efeito financeiro
Item 09	Possibilidade de qualquer reembolso
Item 10	Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Além das informações traçadas pelo CPC 25, a entidade terá a responsabilidade de fazer uma descrição da natureza da obrigação e uma síntese do fluxo esperado dos desembolsos, bem como a divulgação efetiva das incertezas e premissas adotadas para os eventos futuros. A norma determina ainda que, em casos de disputa judicial possa gerar algum prejuízo na estrutura financeira da entidade com outras partes, a mesma estará desobrigada da divulgação, porém deverá relatar a natureza geral da disputa e as razões pela ocultação dos fatos ocorridos.

As orientações determinadas pelos órgãos reguladores servem para enriquecer os critérios de divulgação das informações relevantes sobre os passivos contingentes para poder atender às necessidades dos usuários da Contabilidade. Segundo Verrecchia (2001), as companhias com elevado nível de endividamento geram maior percepção de risco pelos investidores. Assim, tais empresas tendem a divulgar voluntariamente mais informações para satisfazer os credores e reduzir as incertezas sobre a transferência de riqueza para os acionistas (ROVER et al., 2012).

Quando não divulgados os passivos contingentes ou mesmo pela ausência de transparência em sua divulgação pode influenciar nos processos de decisões dos usuários das informações contábeis (VIVIANI; FERNANDES, 2014). Portanto, pode-se julga-la como uma informação relevante no processo decisório.

2.4.5 EVIDENCIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Na contabilidade a evidenciação das informações de ordem qualitativa e quantitativa esta relacionada à sua divulgação desde que sejam relevantes para seus usuários. Sua qualidade esta condicionada ao tipo de usuário as quais as demonstrações são endereçadas. Apesar da dificuldade na avaliação das informações qualitativas, a evidenciação contábil sempre será relevante. Nos estudos de Cruz e Lima (2010), o disclosure nas notas explicativas influencia o comportamento dos investidores, pela percepção sobre o cenário da companhia. Para tanto os benefícios gerados pela evidenciação das informações para diminuir o grau de incerteza e assimetria foram apreciados por Oliveira, Benetti e Varela (2011, p. 3), salientando que:

A evidenciação, ao reduzir o grau de incerteza e a assimetria da informação fornecida pelas empresas, contribui tanto para a melhoria da eficiência do mercado de capitais, no que se refere à gestão do risco, como também a melhor compreensão da informação contábil pelos diferentes grupos de usuários que nela usufruem. (OLIVEIRA; BENETTI; VARELA, 2011, p. 3).

A evidenciação do passivo contingente é importante para revelar as incertezas que a entidade está exposta. Os veículos de condução para a abertura destas informações úteis e confiáveis são as demonstrações contábeis e as notas explicativas. No trabalho de Cruz e Lima (2010), eles destacam a importância do disclosure em Notas Explicativas nos aspectos qualitativo e quantitativo, que contribuem para com os usuários das informações contábeis, sendo estas descritas no Ofício-Circular 01/2005 da CVM (2005b), no item 1.3, sendo:

A evidenciação (*disclosure*) é um dos objetivos básicos da Contabilidade no Mercado de Capitais, garantindo aos usuários informações completas e confiáveis sobre a situação econômica e financeira da entidade. As notas explicativas que integram as demonstrações contábeis devem apresentar informações quantitativas e qualitativas de maneira ordenada e clara para esgotar a capacidade de demonstrar os aspectos relevantes do conteúdo apresentado nas demonstrações. (OFÍCIO-CIRCULAR 01/2005).

Neste contexto, Santos (2011) escreveu que a evidenciação de passivos contingentes é relevante, tanto no âmbito público como no privado, pois a não evidenciação ocasiona

possíveis riscos, afetando negativamente o cenário financeiro das organizações. Nesta perspectiva Pereira (2008) investigou os problemas possíveis que pode comprometer as finanças de uma organização, que é o caso de perdas decorrentes da não provisão trabalhista, gerando um contingenciamento de despesas, afetando negativamente a saúde da empresa.

Perante este cenário de incertezas acerca dos passivos contingentes, destaca-se a importância de sua evidenciação. O impacto no reconhecimento de um passivo contingente como provisão resultaria em um incremento no passivo, e uma redução no resultado contábil da entidade, sendo uma informação importante para os investidores, pois tal procedimento estaria indicando que o evento tem a possibilidade de ocorrência, devendo acarretar desembolsos futuros. Neste caso a presença do órgão regulador faz a diferença para garantir a informação tempestiva e relevante inibindo possíveis riscos de desconfiança neste mercado.

2.4.6 DIFERENÇA ENTRE DIVULGAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES

A divulgação do passivo contingente está relacionada à veiculação da informação com clareza do Passivo Contingente. Já a evidenciação (*disclosure*) do passivo contingente é importante para revelar as incertezas que a entidade está exposta. Nesta linha Oliveira, Benetti e Varela (2011, p. 3), escreveram “Permite a redução do grau de incerteza e da assimetria informacional, possibilitando ao usuário da contabilidade bases mais sólida para a tomada de decisões”. Neste contexto as palavras: divulgação e evidenciação têm como premissa principal tornar algo evidente e público, no que se refere às informações de caráter contingente.

2.5 CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES.

Aprovado em 09/2009, o CPC foi criado com objetivo de estabelecer que sejam aplicados os critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriadas a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informações suficientes em notas explicativas permitindo aos usuários da contabilidade entender sua natureza, oportunidade e valor.

Este pronunciamento diferencia os termos provisão e passivo com seus significados assim descritos:

- a) Provisão como sendo um passivo de prazo ou de valor incerto;
- b) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados oriundos de uma obrigação legal ou formalizada, onde sua liquidação será resultante de uma saída de recursos capaz de gerar benefícios econômicos.

No caso das provisões, segundo o CPC 25, estas podem ser distintas de outros passivos exemplificando a rubrica contas a pagar e passivos oriundos de apropriações por competência, denominados (*accruals*) em função da incerteza existente entre o prazo e valor a ser pago no futuro para sua liquidação. Já os passivos (*accruals*) são frequentemente divulgados com parte de contas a pagar.

A principal relação entre provisões e passivos para seu reconhecimento como passivo contingente ou não, determinada neste CPC foi definida como:

- a) As provisões serão reconhecidas como passivo em função de ser uma obrigação presente que possa levar a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para sua liquidação.
- b) Os passivos contingentes não são reconhecidos com passivo tendo em vista serem:
 - i) Obrigações possíveis por estarem na dependência da confirmação de uma obrigação presente e possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos; e
 - ii) Obrigações presentes que não satisfaçam os critérios de reconhecimento levando-se em consideração sua probabilidade da saída de recursos e por sua estimativa não ser suficientemente confiável do valor da obrigação.

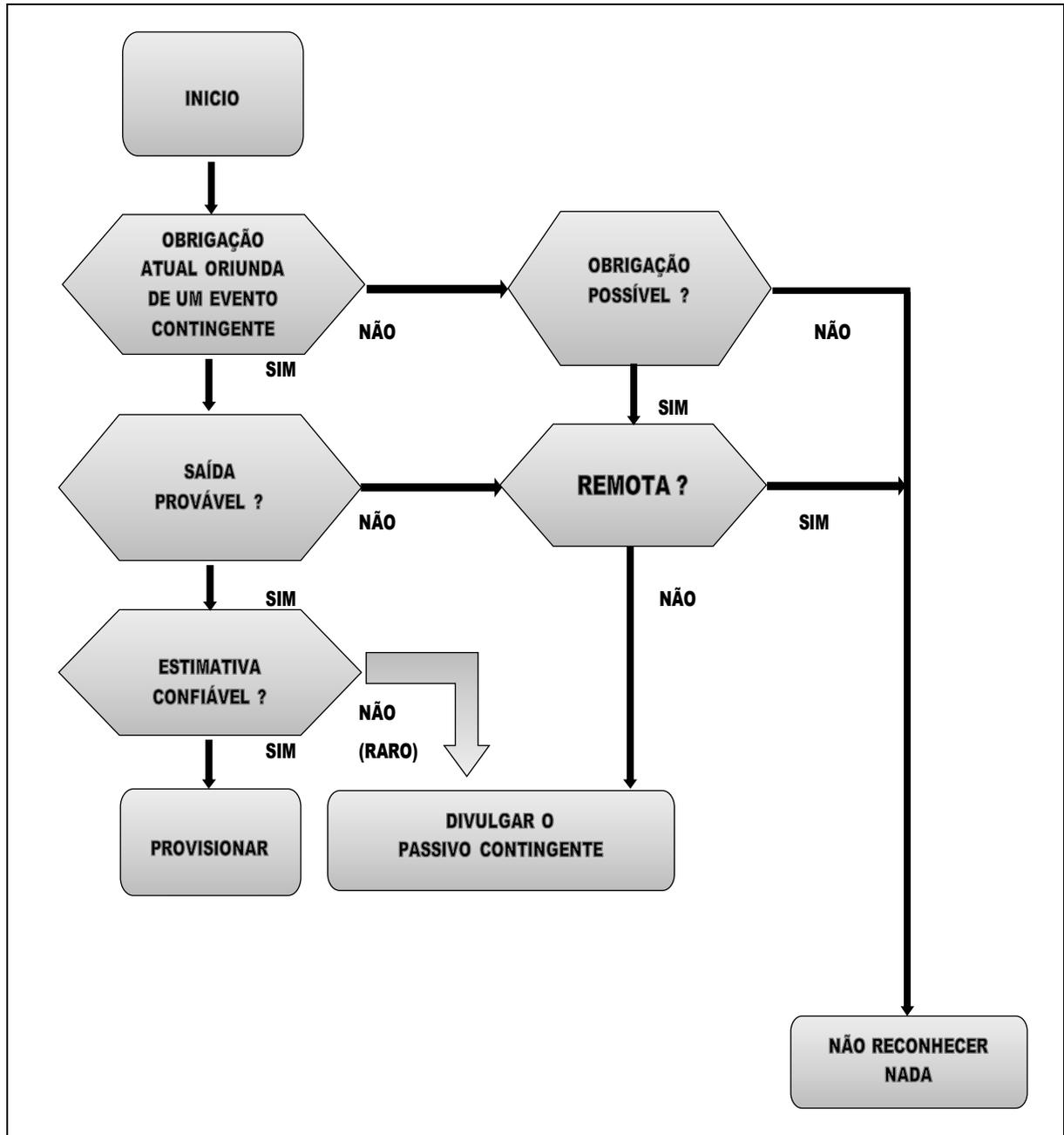
Com relação aos passivos contingentes, são avaliados periodicamente (MARTINS et al., 2013) para se determinar se uma saída de recursos incorpore benefícios econômicos seja provável e caso for, será exigido um item específico para a rubrica “passivo contingente”, devendo a provisão ser reconhecida na demonstração contábil do período o qual ocorrerá a mudança de estimativa de sua probabilidade.

Conforme o CPC 25, uma contingência passiva também é oriunda de eventos extremamente raros nos quais há um passivo que não pode ser reconhecido dado não poder ser mensurado com confiabilidade. Neste caso a normativa dispõe para a classificação de risco dos passivos contingentes os termos: provável, possível e remoto. Esta classificação é de suma importância para seu reconhecimento ou divulgação destes passivos, pois sua constituição indevida poderá gerar informações distorcidas nas demonstrações contábeis comprometendo a real situação patrimonial da organização.

Diante do exposto, a entidade deverá reconhecer ou divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do evento contingente e, quando possível, a estimativa confiável do seu efeito financeiro, a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer desembolso e a possibilidade de qualquer reembolso. Isto contribuirá para com o usuário das demonstrações contábeis no processo de tomada de decisão possibilitando conhecer as ações anteriores praticadas pela entidade diante dos eventos contingentes e a realização de inferências frente ao futuro (NIYAMA; GOMES, 1996).

2.6 ÁRVORE ILUSTRATIVA DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO

FIGURA 2 – RESUMO DOS QUESITOS DO CPC 25



Fonte: Adaptado a partir das informações do apêndice B do CPC 25.

A figura 2 é apenas ilustrativa, pois não faz parte do CPC 25 sendo seu propósito resumir as principais etapas do processo de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes. Nos casos não raros não fica evidente a obrigação presente, presumindo-se que o evento passado se origina uma de obrigação atual, sendo sua ocorrência dita como provável na data do balanço.

2.7 ESTUDOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CPC 25

Este capítulo tem objetivo apresentar uma revisão das pesquisas nacionais e estrangeiras realizadas sobre a temática em questão, cujo foco de preocupação foi à utilização da normativa do CPC 25, tendo em vista a abordagem dos critérios que envolvem estas normativas. Estudos equivalentes, desenvolvidos sob o enfoque destas contingências foram discutidos por Melo, Tinoco e Fernandes (2010), Oliveira (2011), Fonteles et al. (2012), Suave et al.; Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013); Prado; Ferreira, Borba e Rosa; Viviani e Fernandes; Pinheiro; Pinto et al.; Scarpin, Macohon e Dallabona (2014); Leal et al.; Portela et al.; Baldoino e Borba (2015).

As linhas de investigações vêm de encontro aos critérios estabelecidos por este pronunciamento técnico envolvendo as aplicações dos critérios de reconhecimento, mensuração, evidenciação (disclosure) e divulgação, apropriado as informações dos passivos contingentes (CPC 25), conforme descritas no quadro 4:

2.7.1 PESQUISAS NACIONAIS

QUADRO 4 – PESQUISAS NACIONAIS SOBRE OS CRITÉRIOS DO CPC 25

Autores	Ano	Resumo
Melo, I. C. A.; Tinoco, J. E. P.; e Fernandes, M. F.	2010	Título: Passivo Ambiental: A importância do reconhecimento do registro contábil e da divulgação. Objetivo geral: apontar os pontos críticos e relevantes existentes na estrutura operacional quanto ao cumprimento de normas e leis ambientais, identificando e quantificando os riscos e passivos ambientais. Metodologia: Estudo exploratório e elaborado com base em uma abordagem composta por revisão bibliográfica e documental. Resultado: Os pesquisadores constaram uma prática pouco usual de evidenciação mostrando apenas os aspectos positivos das ações relacionadas ao meio ambiente, reforçando a necessidade de uma due diligence ambiental.
Oliveira, M. A. S.	2011	Título: <i>Disclosure</i> das Contingências e Provisões Passivas. Objetivo geral: Identificar o nível de <i>disclosure</i> das provisões e dos passivos contingentes apresentados pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Metodologia: Baseado em uma análise descritiva das características das informações contingenciais e sustentadas pelas teorias: da Agência, da Divulgação, dos Stakeholders e da Legitimidade, foram analisadas a classificação de evidência (declarativa, quantitativa monetária, quantitativa não

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

		monetária ou quantitativa monetária e não monetária), a localização da informação (pareceres dos auditores externos, relatório da administração, demonstrações contábeis ou notas explicativas), além de considerar a natureza das contingências. Resultado: O pesquisador concluiu o nível de disclosure apresentou-se médio para as provisões e baixo para os passivos contingentes e também foi verificado que a propensão para a divulgação de fatos contingentes não depende do tamanho do ativo, nem da relevância da contingência, concluindo que as empresas divulgaram voluntariamente poucas informações negativas a respeito de suas contingências.
Fonteles, I. V. et al.	2012	Título: Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por Companhias listadas na BM&FBOVESPA. Objetivo geral: Analisar os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. Metodologia: O estudo caracteriza-se como qualiquantitativo, empregando procedimentos qualitativos na coleta das informações, como a análise de conteúdo das notas explicativas das empresas. Resultado: Os achados indicaram a presença de antigas práticas contábeis e consequente inadequação das empresas ao CPC 25. Os pesquisadores concluíram que a evidenciação de provisões e contingências sofreu influências positivas pelas variáveis: setor de atividade, tamanho e rentabilidade e negativamente por liquidez, setor de atividade e segmento de listagem.
Suave, R. et al.	2013	Título: Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. Objetivo geral: Identificar se as empresas mais negociadas da instituição atendem às disposições do CPC 25 quanto à divulgação dos passivos contingentes. Metodologia: A pesquisa foi documental, descritiva, utilizando notas explicativas com abordagem quantitativa. Resultado: Os autores constataram que as empresas da amostra divulgam principalmente processos judiciais relacionados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, com menor divulgação das contingências ambientais.
Ribeiro, A. C.; Ribeiro, M. S.; e Weffort, E. F.	2013	Título: Provisões, Contingências e o Pronunciamento CPC 25: As Percepções dos Protagonistas Envolvidos. Objetivo geral: Analisar as provisões constituídas em virtude de contingências legais. Metodologia: A pesquisa foi qualitativa, exploratória e triangulou informações colhidas em entrevistas realizadas no período de junho de 2011 a março de 2012, com advogados e auditores, explorando a existência e o mecanismo de gerenciamento de resultados por meio do contencioso legal tributário. Resultado: Os autores concluíram que a aplicação do CPC 25 é uma questão multidisciplinar, em vistas envolver consultores jurídicos, auditores e contadores e que a prática de GR poder ser reduzida, mediante boas pratica de governança corporativa.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Prado, F. J.	2014	<p>Título: Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA. Objetivo geral: Identificar o comportamento da divulgação dos riscos potenciais durante o período de 2002, 2006, 2010 e 2012, na evidenciação dos riscos potenciais representadas pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes das empresas do setor. Metodologia: A pesquisa é documental, exploratória, qualitativa, com uso de técnicas estatísticas. Resultados: Os resultados alcançados mostram que as empresas deste segmento tiveram uma evolução na divulgação dos riscos potenciais entre 2002 e 2006. Entre 2010 e 2012, houve uma melhora na qualidade das informações, com relatórios mais detalhados, maior número de evidências, para que os usuários da contabilidade possam entender os riscos potenciais destas companhias.</p>
Ferreira, D. M. F.; Borba, J. A.; e Rosa, C. A.	2014	<p>Título: As Contingências Ambientais das Empresas Estrangeiras que publicam suas Demonstrações Financeiras em IFRS no Mercado Norte Americano. Objetivo geral: Identificar a significância dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas por empresas que negociam suas ações na New York Stock Exchange – NYSE. Metodologia: A metodologia utilizada foi da divisão entre as contingências ambientais e provisões sobre o lucro líquido. Resultado: Os autores identificaram que 17% das empresas da pesquisa teriam seus lucros reduzidos em mais da metade ou até mesmo teriam prejuízos e cerca de três quartos das empresas a incidência e baixa quando inseridas as contingências passivas ambientais.</p>
Viviani, S.; e Fernandes, F. C.	2014	<p>Título: Qualidade da Evidenciação de Passivos Contingentes Relacionados ao Risco Legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. Objetivo geral: Avaliar o nível de qualidade da evidenciação dos passivos contingentes relacionados ao risco legal em empresas do segmento petrolífero com ações negociadas em bolsa em países com o Brasil, Estados Unidos da América e Reino Unido. Metodologia: foi realizada uma pesquisa documental de caráter descritivo com abordagem qualitativa. Resultado: Os achados mostraram que a média geral do nível de evidenciação foi de 68%, onde o Brasil apresentou a melhor pontuação com 90%, Reino Unido 67% e Estados Unidos 47%. Os autores concluíram que não há uma uniformidade na forma de divulgação entre as empresas e países.</p>
Pinheiro, A. F. R.	2014	<p>Título: Investigação de Retornos Anormais em razão da Divulgação de fato relevante sobre Passivo Contingente. Objetivo geral: Averiguar se a divulgação dos fatos relevantes pelas empresas negociadas na BM&FBOVESPA sobre passivo contingente proporciona retorno anormal. Metodologia: foi realizada uma pesquisa documental de caráter descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa.</p>

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

		Resultado: O autor constatou pela análise qualitativa as empresas expõem textos parecidos e noticiam que seguem a normativa do CPC 25 e que 100% das empresas litigiam judicialmente, porém a análise quantitativa revelou que das 712 companhias da Bovespa, 56,32% evidenciaram as obrigações com passivos contingentes.
Pinto, A. F. et al.	2014	Título: <i>Value Relevance</i> da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. Objetivo geral: Identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras, e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação. Metodologia: foi utilizada a estatística descritiva, análise fatorial, regressão logística e dados de painel. Resultados: verificou-se que as empresas com menores itens de evidenciação de provisões, ativos e passivos contingentes foram as dos segmentos de Química, Transportes e Serviços Construção, cuja média de evidenciação foi de 54,2%, ou seja, as empresas não estão divulgando de maneira completa o que é exigido pelo CPC 25.
Scarpin, J. E.; Macohon, E. R.; e Dallabona, L. F.	2014	Título: Variabilidade dos Índices de Endividamento em relação à adição dos Passivos Contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Objetivo geral: Analisar se há variabilidade nos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante das empresas listadas nos diferentes níveis de governança corporativa na BM&FBOVESPA nos períodos entre 2010 e 2011. Metodologia: foi documental e descritiva com abordagem quantitativa. Foi aplicada a estatística descritiva e o Teste t para amostras emparelhadas. Resultado: Os autores constaram diferenças estatísticas significativas de variabilidade dos quatro índices analisados. Segundo a percepção dos autores a assimetria informacional é relevante no que concerne a ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no Balanço Patrimonial.
Leal, P. H. et al.	2015	Título: Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da Teoria Institucional. Objetivo geral: Observar se a divulgação de informações sobre as provisões e passivos contingentes ambientais esta associada a fatores endógenos da empresa; tamanho, com auditoria independente, rentabilidade e endividamento, bem como fatores exógenos: setor de atuação, nível de governança e participação no ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial. Metodologia: foi realizada uma pesquisa documental e foram analisadas as notas explicativas de 48 empresas consideradas de alto potencial poluidor, listas na BM&FBOVESPA, envolvendo os exercícios entre 2010 e 2013. Resultado: os autores constataram que motivações externas parecem ser mais significativas para explicar a divulgação de informações sobre provisões e contingências ambientais pelas empresas, citando a presença da

CONTINUA

CONCLUSÃO

		pressão normativa, em vista as regras diferenciadas de governança corporativa e a participação no ISE.
Portella, A. R. et al.	2015	Título: Passivos Contingentes: Um estudo nas maiores companhias de capital aberto do Estado de Santa Catarina. Objetivo geral: abordar a caracterização, contabilização e divulgação dos passivos contingentes e provisão para contingências nas demonstrações financeiras das empresas de capital aberto de Santa Catarina relativo ao exercício findo de 2013. Metodologia: A pesquisa tem abordagem qualitativa, uma vez que procura descrever e interpretar os componentes do objeto de pesquisa. Resultado: com relação aos resultados, as 13 empresas da amostra apresentam provisões para contingências, sendo um total de 36 contingências identificadas e classificadas em cinco tipos de provisões, estas companhias mencionam, em notas explicativas, como são constituídas tais provisões. Quanto aos passivos apenas uma companhia não possui contingências desta natureza e, portanto, não menciona sobre o assunto em notas explicativas.
Baldoino, E.; e Borba, J. A.	2015	Título: Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. Objetivo geral: Identificar as características dos passivos contingentes e possíveis fatores que influenciem em sua significância nas empresas estrangeiras que negociam suas ações na bolsa de valores de Nova York (NYSE). Metodologia: através de variáveis definidas, os autores buscaram comparar estatisticamente a distribuição de significância financeira dos tipos de contingências, buscando fatores empíricos que justifiquem os resultados alcançados. Resultado: eles constaram que as empresas no Brasil tendem a evidenciar mais contingências que as demais e que a maioria das contingências lá evidenciadas (67%) é tributária. As contingências ambientais são mais relevantes nas empresas do setor de petróleo e gás.

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme o quadro 4, foi realizada uma retrospectiva de pesquisas nacionais no período entre 2010 e 2015, relacionados ao processo de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes.

Quanto à literatura estrangeira sobre passivos contingentes que envolvem os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes pela normativa do CPC 25 e *IAS 37*, correlato a este CPC, percebe-se que a temática vem sendo discutida sobre diferentes aspectos. Dentre alguns pesquisadores, cita-se: Cohen et al. (2011); Darabi e Faghani (2012); Clor-Proell, Shana e Maines; Hennes (2014); Kunnathuchalil e Najmudhenn (2015) e Michels (2016), conforme quadro 5.

2.7.2 – PESQUISAS INTERNACIONAIS

QUADRO 5 – PESQUISAS INTERNACIONAIS SOBRE OS CRITÉRIOS DO CPC 25

Autores	Ano	Resumo
Cohen, D. et al.	2011	<p>Título: <i>Warranty Reserve: Contingent Liability, Information Signal, or Earnings Management Tool</i> (Reserva de garantia: Passivo Contingente, sinal de informações ou ferramenta de gestão de receitas). Objetivo geral: Examinar o papel de informações de divulgações contábeis em garantias. Os argumentos levantados pelos pesquisadores nesta pesquisa é que as empresas usam as políticas de garantia como uma estratégia de negócios para promover os seus produtos utilizando uma garantia de reserva que pode servir a dois papéis: um como sinal de informação sobre a qualidade do produto e outro como um passivo contingente. Metodologia: utilizou um banco de dados conforme as exigências do FIN 45 (FASB). Resultado: os achados mostraram que o mercado de ações reconhece a subavaliação das responsabilidades de garantia de empresas que conseguiram ganhos, ou seja, os gerentes usam acréscimos de garantia para gerenciar ganhos futuros para cumprir suas metas de lucro e acreditam que o mercado acionário reconhece que com estes passivos de garantia as empresas conseguem ganhos subestimados. Diante desta pesquisa é necessário ressaltar que o termo garantia é observado no CPC 25, que trata de garantia individual, devendo a garantia ser reconhecida somente pelo valor justo, portanto não pode ser subestimada.</p>
Darabi, R.; e Faghani, M.	2012	<p>Título: <i>The Disclosure Effects of Contingent Liabilities and Ambiguities on Making Decision by Users of financial Statements</i> (Os efeitos da divulgação dos passivos contingentes e ambiguidades sobre o processo de decisão dos usuários das demonstrações financeiras). Objetivo geral: estudar os efeitos da divulgação dos passivos contingentes em decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras. Metodologia: trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e dedutivo, onde o método de coleta de dados foi através de um questionário distribuído aleatoriamente entre peritos de investimento, corretores do mercado de ações e professores universitários. Resultado: de acordo com os resultados, passivos contingentes são informações necessárias para aqueles investidores que tomam decisões frente às informações contábeis.</p>
Clor-Proell, S. M.; Maines, L. A.	2014	<p>Título: <i>The Impact of Recognition Versus Disclosure on Financial Information: A Preparer's Perspective</i> (O impacto do reconhecimento versus a divulgação das informações financeiras: uma posição das perspectivas financeiras). Objetivo geral: investigar se o reconhecimento na face das demonstrações contábeis contra a divulgação em notas explicativas influencia a quantidade que os gerentes financeiros divulguem para um passivo contingente.</p>

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

		<p>Metodologia: técnica de experimento com controladores corporativos e principais agentes financeiros. Resultado: os achados mostraram que os gerentes de empresas públicas fazem estimativas mais elevadas de reconhecimento contra passivos divulgados e os gestores de empresas privadas praticam responsabilidade semelhante para o reconhecimento, porém com maior nível de divulgação.</p>
Hennes, K. M.	2014	<p>Título: <i>Disclosure of Contingent Legal Liabilities</i> (Divulgação das Contingências Legais). Objetivo geral: Analisar a prática de divulgação dos passivos judiciais contingentes. Metodologia: Este estudo utiliza uma amostra de casos de discriminação em fornecer evidências sobre as obrigações contingentes legais e divulgação de informações que sejam úteis. Resultado: os achados mostraram que o texto das divulgações não fornecem dados qualitativos destas perdas, onde as evidências que mostram que as declarações sobre a natureza da perda inestimável e declarações sobre a disponibilidade da empresa para considerar uma liquidação estão relacionados com maior probabilidade de perda e maior perda de valores. Ela também afirma que as declarações relativas a uma provisão para perdas existentes e avisos sobre a materialidade refletem uma maior probabilidade de uma perda não trivial. Os resultados enfatizam que há nas empresas uma forte resistência com relação às divulgações quantitativas de contingências jurídicas, mas sugerem que a regra SFAS 5 sobre divulgações existentes, não contém informações qualitativas úteis para avaliar a perda de contingência.</p>
Kunnathuchalil, T.; e Najmudhenn, C.	2015	<p>Título: <i>Implication of Difference in Valuation and Treatment of "Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets" by IFRS and Indian GAAP</i> (Implicações da diferença na avaliação e tratamento de "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" na convergência do sistema contábil GAAP para o IFRS na Índia). Objetivo geral: compreender a diferença de valorização ou tratamento de "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" pelos produtores indianos do sistema GAAP para o IFRS e quais os efeitos desta avaliação. Metodologia: Foi feita uma pesquisa bibliográfica, envolvendo revistas, artigos publicados, livros e discussão com os membros dos institutos de contabilidade da Índia, o ICAI, ICMA, com abordagem qualitativa. Resultado: Os achados encontraram possíveis diferenças conceituais com o tratamento prescrito pelo IFRS não devendo causar prejuízos relevantes para a indústria. Algumas empresas indianas já utilizam o IFRS ao invés do sistema GAAP. Este processo de harmonização vem a facilitar as transações no mercado de capitais, no processo de fusão, aquisição e tomada de recursos financeiros.</p>
Michels, J.	2016	<p>Título: <i>Disclosure x Recognition: Inferences from Subsequent Events</i> (Divulgação x Reconhecimento: Inferências a partir de eventos subsequentes).</p>

CONTINUA

CONCLUSÃO

	<p>Objetivo geral: analisar as diferenças na forma de como os investidores reagem à divulgação necessária versus o reconhecimento. Metodologia: O pesquisador usa uma variável “eventos subsequentes” para identificar o efeito diferencial que exijam divulgação versus reconhecimento para o evento contábil.</p> <p>Resultado: O autor atribui que a inferência colocada depende da importância econômica dos eventos que neste caso, em média os termos divulgação e reconhecimento seriam os mesmos. Se os eventos forem de diferentes magnitudes, haverá diferença no seu tratamento contábil. Acrescenta ainda que o estudo não apresenta provas de confiabilidade entre a divulgação e as quantias reconhecidas.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme o quadro 5, foi realizada uma retrospectiva de pesquisas internacionais no período entre 2011 e 2016, relacionados ao processo de reconhecimento e divulgação dos passivos contingentes. Os pesquisadores buscaram conhecer e avaliar os passivos contingentes frente aos seguintes aspectos: normativa do FASB, em processo de tomada de decisão, no nível de reconhecimento versus divulgação em empresas públicas e privadas, na aderência da prática de IFRS frente ao sistema GAAP, na reação dos usuários pelos efeitos da divulgação dos passivos contingentes.

Conforme o exposto, as pesquisas nacionais e internacionais buscaram evidenciar os princípios relacionados aos passivos contingentes, principalmente sobre os critérios de reconhecimento, mensuração, evidenciação (*disclosure*) e divulgação das obrigações contingentes em diversos segmentos da economia nacional e internacional, bem como em processos de tomada de decisão, aderência à norma e reação dos usuários frente à utilização destes passivos, salientando a não conformidade pela utilização da normativa e a importância da divulgação plena nas demonstrações contábeis.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo foram discutidos os aspectos metodológicos que norteiam o trabalho científico, definindo a classificação da pesquisa, o campo de pesquisa, os métodos, técnicas e procedimento de coleta de dados, a elaboração do instrumento de coleta de dados e os métodos, técnicas e procedimento de análise dos dados e empresas da pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Ao considerar que o objetivo principal deste trabalho foi conhecer o nível de aderência das práticas contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes, esta pesquisa quanto aos fins foi de cunho descritivo, com técnica de análise de conteúdo sobre nas demonstrações contábeis individuais e notas explicativas publicadas na BM&FBOVESPA, nos sites institucionais e Diário Oficial Empresarial, sendo apresentados e avaliados os critérios adotados pelas empresas Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado, do segmento sucroalcooleiro do Estado de São Paulo.

A pesquisa quanto aos fins segundo Vergara (2014, p. 46), “expõe as características de determinada população ou determinado fenômeno”. Isso mostra que sua principal característica é a utilização de métodos padronizados para obtenção de dados.

De acordo com Gil (2008, p. 28), “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Cervo e Bervian (2002, p. 66), mencionaram que “a pesquisa descritiva além de observar, também analisa e correlaciona os fatos ou fenômenos sem manipulá-los”.

Quanto aos procedimentos esta pesquisa se orientou em documentos que na visão de Martins e Theóphilo (2009, p. 55), “a pesquisa documental se caracteriza por utilizar documentos com fonte de dados, evidências e informações”. Com relação à abordagem a pesquisa será qualitativa cujo estudo propõe o levantamento de dados sobre as empresas, buscando conhecer se as mesmas estão aderindo às exigências da CVM (594/09) e ao CPC 25 e quantitativa onde se pretende analisar a frequência da adesão destas contingências preteridas pelas normativas, permitindo evidenciar o nível de aderência às normas do CPC 25.

3.2 CAMPO DE PESQUISA

Esta pesquisa limitou-se às empresas sociedades anônimas de capital aberto e fechado do segmento sucroalcooleiro com unidades produtivas localizadas no Estado de São Paulo e as que mantêm parcerias com instituições como a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar e pela Unica – União da Indústria de Cana de Açúcar e Consecana, em negócios de compra e venda dos produtos do segmento.

Conforme a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, ligadas a Secretaria do Meio Ambiente, especificamente na região sudeste, o segmento conta atualmente com 225 usinas, compreendendo o estado de São Paulo o universo de 177 unidades agroindustriais, com certificação Etanol Verde em 2015, prorrogado já no exercício de 2016. Este certificado é um projeto entre o Governo do Estado de São Paulo, a ÚNICA e a ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul), para certificação agroambiental das empresas sucroalcooleiras, que se comprometeram a reduzir os prazos para o término da queima da palha da cana-de-açúcar que impacta no meio ambiente.

Parte das empresas é caracterizada por grupos econômicos, desmembrados em filiais com destaque ao Grupo Raízen com 21 filiais e empresas individuais com natureza jurídica de sociedade anônima (S/A), de capital aberto e fechado, totalizando 93, bem como por quotas de responsabilidade limitada (LTDA), somando 84 unidades produtivas, conforme relatório da Secretaria do Meio Ambiente (2015).

Deste universo foram estudadas 35 usinas com natureza jurídica de sociedades anônimas de capital aberto e fechado que publicaram suas demonstrações individuais cujo critério de seleção foi pelas usinas estarem em atividade e pela facilidade de acesso às informações contábeis, pois existem usinas que publicam suas demonstrações contábeis, porém sem notas explicativas, que conforme o CPC 26, que trata sobre a apresentação das demonstrações contábeis, as notas explicativas fazem parte do conjunto destas demonstrações.

Complementado a importância das notas explicativas o OCPC 07, que trata da Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiro, diz que na elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas da entidade não devem ser repetidos os textos dos atos normativos, mas apenas resumir os aspectos principais relevantes e aplicáveis à entidade.

Esse segmento foi escolhido por apresentar peculiaridades nos *modus operandi* relacionados à rotatividade de mão de obra, expressivo endividamento de natureza fiscal e

tributária bem como de impacto ao meio ambiente. Ademais pela experiência em trabalhos realizados pelo pesquisador e acessibilidade aos documentos (GRESSLER, 2003).

A escolha dos demonstrativos financeiros individuais e não pelos consolidados das empresas deveu-se pela consistência na divulgação das informações relativas aos passivos contingentes que nos consolidados podem ficar ocultas. Já os períodos a serem analisados entre 2011 e 2015 foram determinados em função da divulgação dos critérios da normativa do CPC 25 que entrou em vigor no exercício de 2010, inicialmente a serem aplicadas junto às empresas sociedades anônimas de capital aberto.

3.3 MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.

Os dados foram coletados por meio de análise de documentos secundários, envolvendo as demonstrações contábeis e notas explicativas publicadas pelas empresas, consideradas ferramentas essenciais nesta pesquisa, se atendo exclusivamente aos materiais impressos para fins de leitura e obtenção de informações (Gil, 2008). As fontes primárias estiveram baseadas em documentos de natureza pública como regulamentos, normas e leis.

Os elementos foram coletados de cinco demonstrativos contábeis nos exercícios entre 2011 e 2015 dos quais foram disponibilizados pela BM&FBOVESPA, site das empresas, pelo Diário Oficial Empresarial e no caso do contingente funcional, pelo Cadastro Geral de empregados e desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED).

As informações dos passivos contingentes foram obtidas primeiramente pela publicação das demonstrações contábeis, no grupo “Passivo”, sub grupo “Passivo Não Circulante” onde nele é possível verificar a existência do reconhecimento das provisões e passivos contingentes.

Em segundo momento foi observado à divulgação da natureza destas contingências e os conteúdos das informações contingenciais em notas explicativas relativas aos fatos que não comportam sua mensuração na face das demonstrações contábeis bem como os critérios estabelecidos para seu reconhecimento e divulgação dos passivos contingentes.

3.3.1 ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi elaborado dois quadros, sendo o primeiro estruturado por categorias das contingências e o segundo pelo conteúdo destas contingências, ambos

divulgados em notas explicativas entre os períodos entre 2011 e 2015, conforme apresentado nos quadros 6 e 7:

QUADRO 6 – CATEGORIZAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Contingências divulgadas	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
Tipo I - Trabalhista						
Tipo II - Tributária						
Tipo III - Ambiental						

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

As Contingências Trabalhistas (Tipo I) refere-se a valores abrangendo principalmente demandas com horas extras, supressão do intervalo intrajornada, adicionais de periculosidade e insalubridade, adicional noturno entre outros, que são discutidos no âmbito judicial. Os valores a serem reconhecidos são incertos em função de sua probabilidade de ocorrência.

As Contingências Tributárias (Tipo II) estão vinculadas a demandas com cobrança de impostos na esfera Federal e Estadual, cuja ocorrência poderá ocorrer por divergências de escrituração na movimentação de mercadorias, cobranças de alíquotas indevidas, entre outras, que são discutidas no âmbito judicial. Os valores a serem reconhecidos são incertos em função de sua probabilidade de ocorrência.

As Contingências Ambientais (Tipo III) referem-se a demandas com a queima da palha de cana-de-açúcar, área de preservação permanente com intervenção da autoridade ambiental, entre outras, que são discutidas no âmbito judicial. Os valores a serem reconhecidos são incertos em função de sua probabilidade de ocorrência.

Todos esses eventos são discutidos na esfera judicial e seu reconhecimento depende de sua ocorrência. Para tanto o CPC 25 (09) determina que para que estas contingências sejam ou não, reconhecidas e divulgadas, nas demonstrações contábeis, deverão ser especificados pelas empresas os termos em notas explicativas, relativos aos graus de riscos destas contingências, sendo:

- a) Provável: onde a empresa tem uma obrigação presente oriunda de evento passado que requer uma saída de recursos;

- b) Possível: onde a empresa tem uma obrigação presente oriunda de evento passado, mas não requer uma saída de recursos;
- c) Remota: onde a empresa tem uma obrigação presente, porém sua probabilidade de saída de recursos é remota.

QUADRO 7 – CONTEÚDOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS (NE) SOBRE OS PASSIVOS CONTINGENTES

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
1 - O valor contábil no início e no fim do período.						
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.						
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.						
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.						
5 - Descrição da natureza da obrigação						
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação						
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.						
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.						
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.						
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.						

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121).

Os conteúdos da divulgação, conforme quadro 7, exigidos para provisões e passivos contingentes, quanto ao seu grau de risco, são determinados pelas expressões provável ou possível evidenciadas nas notas explicativas das empresas. Quando remota não há exigibilidade.

3.4 MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.

Os dados foram analisados em 4 fases, com auxílio das demonstrações contábeis das usinas e da ferramenta do Excel, sendo:

Primeira fase: consistiu em visualizar nas demonstrações contábeis individuais das empresas o reconhecimento da rubrica “provisão para contingência” no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, envolvendo os exercícios entre 2011 e 2015.

Segunda fase: buscando a divulgação nas demonstrações contábeis, especificamente nas notas explicativas os termos: provável, possível e remoto, que justificam as características dos riscos e os critérios de divulgação, a análise consistiu nos critérios de divulgação das informações contingenciais, compreendendo: as demandas trabalhistas, tributárias e ambientais, nos períodos entre 2011 e 2015, utilizando as expressões: divulgou ou não divulgou e concluindo com a sentença: Diante do exposto, tendo em vista sua classificação de risco “Provável” e risco “Possível”, a empresa seguiu ou não seguiu plenamente as normativas do CPC 25.

Terceira fase: considerando as características dos riscos e os critérios de divulgação, a análise consistiu em avaliar a essência na divulgação dos conteúdos das naturezas contingências, compreendendo as expressões: divulgou ou não divulgou, nos períodos entre 2011 e 2015, concluindo com a sentença: Conforme a normativa do CPC 25, quando o risco for classificado como provável, estes conteúdos serão exigidos para sua divulgação.

A quarta fase compreendeu a análise da frequência das informações demonstrada em 2 etapas, como seguem:

Etapa 1: frequência na forma percentual das contingências trabalhistas, tributárias e ambientais divulgadas pelas empresas em notas explicativas nos períodos entre 2011 e 2015, divididas pelo número de empresas da amostra;

Etapa 2: frequência de forma percentual relativo ao conteúdo de informações das contingências divulgadas em notas explicativas, nos períodos entre 2011 e 2015, divididas pelo número de empresas da amostra.

Estas etapas acompanharam os critérios estabelecidos pelas normativas, cujos cálculos utilizados foram matemáticos, como a divisão, multiplicação e soma, com auxílio da ferramenta do Excel para a elaboração e quantificação dos critérios avaliados. Segundo Richardson (1999), quando se transforma informações em dados, sua tradução pode ser expressa em números, valores, quantidades obedecendo às regras da matemática. Para Gil (2008) a análise de dados tem como objetivo principal organizar e sumarizar os dados permitindo responder ao problema proposto na pesquisa.

3.5 EMPRESAS DA PESQUISA

A tabela 1 apresenta as empresas de capital aberto e fechado, que foram pesquisadas do segmento sucroalcooleiro, localizadas no estado de São Paulo, ordenadas pelo perfil do faturamento anual com base no período de 2015.

As empresas foram selecionadas a partir do relatório da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, ligada a Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, base 2015, atualizado até 18/05/2016 e certificadas pelo termo “ETANOL VERDE”, com ações negociadas na BM&FBOVESPA e parceiras de negócios junto a Copersucar.

A amostra inicial compreendeu 35 usinas, sendo que 18 empresas desta amostra publicaram e divulgaram suas demonstrações contábeis em conformidade com a Lei 11.638/07, 10 empresas somente publicam, sem notas explicativas, sugerindo praticar os critérios da NBC TA 810 (2009), que fala sobre as demonstrações contábeis condensadas, estando as notas explicativas à disposição dos usuários na sede das empresas e 7 delas foram excluídas, em função de não se enquadrar na Lei 11.638/07, bem como pela impossibilidade no acesso aos demonstrativos contábeis e por apresentar recuperação judicial.

Portanto 28 empresas do segmento foram analisadas ranqueadas pelo perfil de faturamento anual do exercício de 2015, conforme tabela 1, atendendo um dos critérios de obrigatoriedade de divulgação das demonstrações contábeis conforme a Lei 11.638/07. Cabe ressaltar que as demonstrações contábeis publicadas pelas empresas foram armazenadas em arquivos/pastas para comprovação dos dados e informações.

TABELA 1 – EMPRESAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DO SEGMENTO SUCROALCOOLEIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Empresas	Município (s)	Faturamento Anual Base: 2015 R\$/MIL	Ativo Total Base: 2015 R\$/MIL
- Raizen Energia S/A. (Grupo Cosan)	Piracicaba	5.180,2	19.776,4
- BIOSEV Bioenergia S/A.	Sertãozinho	2.216,9	4.594,4
- São Martinho S/A	Pradópolis	1.721,6	7.101,2
- Guarani S/A.	Severínia	1.702,6	5.191,8
- Usina Colombo S/A	Ariranha	1.292,1	2.200,5
- Pedra Agroindustrial S/A.	Serrana	1.178,7	1.772,2
- Clealco S/A Açúcar e Alcool S/A.	Clementina	933,1	1.805,8
- Usina Batatais S/A	Batatais	738,2	1.580,5
- Tonon Bioenergia S/A.	Bocaina	731,8	2.145,1
- Usina Alta Mogiana S/A.	São Joaquim da Barra	648,8	1.940,9

CONTINUA

CONCLUSÃO

- Usina Santa Adélia S/A.	Jaboticabal	621,8	1.395,4
- Usina Barra Grande de Lençóis S/A.	Lençóis Paulista	524,9	783,2
- Açucareira Zillo Lorenzetti S/A.	Macatuba	507,8	785,7
- Açucareira Quatá S/A.	Lençóis Paulista	457,9	1.021,1
- Virgolino de Oliveira S/A	Ariranha	416,9	803,4
- Usina Santa Fé S/A.	Nova Europa	389,4	739,8
- Usina Açucareira São Manoel S/A	São Manoel	386,3	1.793,4
- Usina Santo Antonio S/A.	Sertãozinho	360,9	544,6
- Usina Conquista do Pontal S/A.	Mirante do Paranapanema	349,2	3.493,5
- Usina São José da Estiva S/A.	Novo Horizonte	348,2	645,1
- Usina São Luiz S/A.	São Pedro do Turvo	322,6	349,6
- Usina Açucareira Furlan S/A.	Santa Barbara D' Oeste	321,4	591,4
- Ferrari Agroindústria S/A.	Pirassununga	307,4	543,3
- Usina São Francisco S/A.	Sertãozinho	253,3	562,7
- Usina São Domingos S/A.	Catanduva	210,4	485,9
- Usina Açucareira Ester S.A.	Cosmópolis	203,0	491,4
- Companhia Agrícola Quatá	Lençóis Paulista	179,3	1.239,4
- Usina Santa Lúcia S/A.	Araras	143,3	528,7
Usinas Excluídas			
- Aralco S/A.	Santo Antonio do Aracangua.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL	
- Branco Peres Açúcar e Álcool S/A.	Adamantina	NÃO SE ENQUADRA	
- J. Pilon S/A Açúcar e Álcool	Cerquillo	NÃO SE ENQUADRA	
- Pontal Agropecuária S/A.	Teodoro Sampaio	NÃO SE ENQUADRA	
- Renuka do Brasil S/A.	Promissão	RECUPERAÇÃO JUDICIAL	
- Usina Ipiranga S/A.	Descalvado	NÃO DISPONÍVEL	
- Usina Rio Pardo S/A.	Cerqueira Cesar	NÃO DISPONÍVEL	

Fonte: elaborado pelo autor

Cabe ressaltar que apesar de serem todas sociedades anônimas a qualidade na apresentação e publicação das demonstrações contábeis é das empresas de capital aberto que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA, que estão mais expostas ao domínio público, portanto mais suscetíveis a cobranças na divulgação das informações contábeis, especialmente por investidores, consumidores, credores, entre outros.

Bushman e Smith (2003, p.72) colocaram que a divulgação das informações contábeis é essencial para que se possam avaliar as oportunidades de investimentos em uma economia, objetivando auxiliar seu usuário, alocar seus recursos com eficiência frente às diversas possibilidades oferecidas pelo mercado. Sob essa ótica, a divulgação é uma ferramenta relevante para que uma entidade se diferencie das demais concorrentes na forma de expor seus potenciais de desempenho, estratégicos e competitivos.

Outro fator relevante em relação à divulgação das demonstrações contábeis esta relacionado à sua obrigatoriedade que conforme a Lei 11.638/07 menciona que as empresas qualificadas no rol de grande porte sediadas no estado de São Paulo, salientando as de capital aberto, com ativo total superiores a R\$ 240 mm ou receita bruta anual superior a R\$ 300 mm,

estão sujeitas às disposições da referida lei e, portanto, devem publicar suas demonstrações contábeis.

Já as Sociedades Anônimas de capital fechado, conforme art. nº 294, item II (Lei 6.404/76), com menos de vinte acionistas e patrimônio líquido inferior a R\$ 1 milhão estão desobrigadas a publicar suas demonstrações financeiras desde que as mesmas sejam arquivadas na Junta Comercial.

Outro fator relevante com relação à publicação e divulgação das demonstrações contábeis pelas Sociedades Anônimas de capital fechado sugere que as empresas através da normativa NBC TA 810 (2009), publiquem suas demonstrações contábeis de forma condensada, sem a presença das Notas Explicativas, que segundo as informações no balanço contábil a integra das notas está à disposição dos usuários na sede das empresas.

3.5.1 AMOSTRA DAS EMPRESAS AVALIADAS NA PESQUISA

As 17 empresas Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado do segmento sucroalcooleiro que atenderam aos critérios de publicação e divulgação de informações dos passivos contingentes, estão elencadas pelo perfil de faturamento conforme tabela 2:

TABELA 2 – AMOSTRA DE EMPRESAS DA PESQUISA

Empresas	Faturamento Anual Base: 2015 R\$/Milhões
Raízen Energia S/A (Grupo Cosan)	5.180,2
Biosev Bioenergia S/A	2.216,9
São Martinho S/A	1.721,6
Guarani S/A (Grupo Tereos)	1.702,6
Clealco S/A Açúcar e Alcool	933,1
Tonon Bioenergia S/A	731,8
Usina Santa Adélia S/A	621,8
Usina Barra Grande de Lençóis S/A	524,9
Açucareira Zillo Lorenzetti S/A	507,8
Açucareira Quatá S/A	457,9
Usina Santa Fé S/A	389,4
Usina Açucareira São Manoel S/A	386,3
Usina Santo Antonio S/A	360,9
Usina Conquista do Pontal S/A	349,2
Usina São Francisco S/A	253,3
Usina Açucareira Ester S/A	203,0
Cia. Agrícola Quatá	179,3

Fonte: elaborado pelo autor

A presente pesquisa teve como foco conhecer os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das informações sobre os passivos contingentes, prendendo-se aos demonstrativos contábeis e notas explicativas disponibilizadas pelas empresas sucroalcooleiras da amostra, no período entre 2011 e 2015, cujos ciclos de apresentação do período contábil são majoritariamente no mês de Março de cada período.

4 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS

4.1 PERFIL INDIVIDUAL DAS EMPRESAS DA AMOSTRA

Neste capítulo foram apresentadas as características individuais das empresas selecionadas Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado do segmento sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, cuja atividade principal consiste na produção e comercialização de açúcar e etanol para o mercado nacional e internacional e ordenadas pelo faturamento anual.

As principais informações que foram analisadas foram: número de funcionários, faturamento anual e total de ativos, conforme tabela 3, com base em publicações das demonstrações contábeis de 2015 e nos sites institucionais, consideradas relevantes para demonstrar o perfil individual e competitivo destas empresas em seu segmento.

TABELA 3 – PERFIL INDIVIDUAL DAS EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS

Empresas	Número de Funcionários	Faturamento Anual Base: 2015 R\$/Milhões	Total dos Ativos R\$/Milhões
Raízen Energia S/A (Grupo Cosan)	30.000	5.180,2	19.776,4
Biosev Bioenergia S/A	15.000	2.216,9	4.594,4
São Martinho S/A	10.260	1.721,6	7.101,2
Guarani S/A (Grupo Tereos)	12.000	1.702,6	5.191,8
Usina Colombo S/A	8.700	1.292,1	2.200,5
Pedra Agroindustrial S/A	4.000	1.178,7	1.772,2
Clealco S/A Açúcar e Alcool	3.800	933,1	1.805,8
Usina Batatais S/A	1.800	738,2	1.580,5
Tonon Bioenergia S/A	5.000	731,8	2.145,1
Usina Alta Mogiana S/A	3.800	648,8	1.940,9
Usina Santa Adélia S/A	3.800	621,8	1.395,4
Usina Barra Grande de Lençóis S/A	448	524,9	783,2
Açucareira Zillo Lorenzetti S/A	637	507,8	785,7
Açucareira Quatá S/A	1.500	457,9	1.021,1
Virgolino de Oliveira S/A	1.000	416,9	803,4
Usina Santa Fé S/A	3.200	389,4	739,8
Usina Açucareira São Manoel S/A	3.000	386,3	1.793,4
Usina Santo Antonio S/A	1.900	360,9	544,6
Usina Conquista do Pontal S/A	15.000	349,2	3.493,5
Usina São José da Estiva S/A	1.600	348,2	645,1
Usina São Luiz S/A	1.200	322,6	349,6
Usina Açucareira Furlan S/A	240	321,4	591,4
Ferrari Agroindústria S/A	1.000	307,4	543,3
Usina São Francisco S/A	1.400	253,3	562,7
Usina São Domingos S/A	1.500	210,4	485,9

CONTINUA

			CONCLUSÃO
Usina Açucareira Ester S/A	1.400	203,0	491,4
Cia. Agrícola Quatá	1.600	179,3	1.239,4
Usina Santa Lúcia S/A	800	143,3	528,7

Fonte: elaborado pelo autor

Conforme a tabela 3, a amostra totalizou 28 empresas e teve como foco conhecer os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das informações sobre os passivos contingentes, prendendo-se neste caso a publicação dos demonstrativos contábeis e notas explicativas, no período entre 2011 e 2015, cujos ciclos de apresentação do período contábil são majoritariamente no mês de Março de cada período.

Cabe destacar que as sociedades anônimas de capital aberto têm suas ações negociadas na BM&FBOVESPA, ficando mais expostas ao domínio público, portanto estão mais suscetíveis a cobranças de publicação e divulgação das informações contábeis, especialmente por investidores, consumidores, credores, entre outros.

Bushman e Smith (2003, p. 72) escreveram que a divulgação das informações contábeis é essencial para que se possam avaliar as oportunidades de investimentos em uma economia, objetivando auxiliar o usuário, alocar seus recursos com eficiência frente às diversas possibilidades oferecidas pelo mercado. Sob essa ótica, a divulgação é uma ferramenta relevante para que uma entidade se diferencie das demais concorrentes na forma de expor seus potenciais de desempenho, estratégicos e competitivos.

4.2 EMPRESAS DA AMOSTRA QUE PUBLICARAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DIVULGARAM NOTAS EXPLICATIVAS.

A tabela 4 apresenta as empresas do segmento sucroalcooleiro que publicaram as demonstrações contábeis e divulgaram notas explicativas sendo ordenadas de acordo com o faturamento anual do período de 2015.

TABELA 4 – EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS QUE PUBLICARAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DIVULGARAM NOTAS EXPLICATIVAS.

Empresas	Faturamento Anual Base: 2015 R\$/Milhões
Raízen Energia S/A (Grupo Cosan)	5.180,2
Biosev Bioenergia S/A	2.216,9

CONTINUA

CONCLUSÃO

São Martinho S/A	1.721,6
Guarani S/A (Grupo Tereos)	1.702,6
Clealco S/A Açúcar e Álcool	933,1
Tonon Bioenergia S/A	731,8
Usina Santa Adélia S/A	621,8
Usina Barra Grande de Lençóis S/A	524,9
Açucareira Zillo Lorenzetti S/A	507,8
Açucareira Quatá S/A	457,9
Usina Santa Fé S/A	389,4
Usina Açucareira São Manoel S/A	386,3
Usina Santo Antonio S/A	360,9
Usina Conquista do Pontal S/A	349,2
Usina São Francisco S/A	253,3
Usina Açucareira Ester S/A	203,0
Cia. Agrícola Quatá	179,3

Fonte: elaborado pelo autor

4.3 ANÁLISE DOS PASSIVOS CONTINGENTES DAS EMPRESAS QUE PUBLICARAM E DIVULGARAM NOTAS EXPLICATIVAS.

Neste capítulo serão discutidos os critérios de divulgação dos passivos contingentes, analisando as naturezas e respectivos conteúdos divulgados nas demonstrações contábeis, conforme exigências da normativa do CPC 25, nas empresas Sociedade Anônimas Sucroalcooleiras que publicaram suas demonstrações e divulgaram as informações contingentes nos exercícios entre 2011 e 2015, totalizando 17 empresas conforme tabela 4.

4.3.1 RAÍZEN ENERGIA S/A.

QUADRO 8 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - RAÍZEN S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Demandas Judiciais”, que conforme notas explicativas envolvem processos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhista, classificados

como perdas provável e possível, justificando como demandas reembolsáveis e não reembolsáveis.

As demandas tributárias incluíram: impostos estaduais e federais como: ICMS, PIS e Cofins, IPI e outros. As demandas cíveis e trabalhistas envolveram disputas contratuais, ações cíveis públicas para abstenção de queima de palha de cana de açúcar e execuções de natureza ambiental, sendo que nestas demandas a empresa não divulgou seus respectivos valores.

As demandas classificadas como perda possível, onde não há provisões, seguindo a normativa, a empresa divulgou os valores correspondentes às demandas tributárias, cíveis e trabalhistas. Diante do exposto, tendo em vista sua classificação de risco “Provável” e risco “Possível”, a empresa seguiu parcialmente as normativas do CPC 25.

QUADRO 9 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – RAIZEN S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		ND	ND	ND	ND	ND
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		D	D	D	D	D
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Os conteúdos divulgados sobre os passivos contingentes nos períodos entre 2011 e 2015, conforme o quadro 9, é possível visualizar que a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações. No item 5, foi divulgado os termos relacionados aos passivos ambientais, porém não em rubrica específica para a contingência ambiental e os valores das contingências trabalhistas também não foram especificados.

4.3.2 BIOSEV BIOENERGIA S/A.

QUADRO 10 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES – BIOSEV S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

A empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais”, relativo a obrigações presentes (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidar as obrigações, sendo a estimativa realizada de forma confiável para as provisões.

A empresa divulgou as contingências de natureza tributária, cíveis, ambientais e trabalhistas, classificadas com grau de risco de perda possível, sem provisionamento, conforme normativa. Cabe destacar que pelas informações divulgadas sobre as contingências, a empresa também possui as de natureza ambiental, porém sua notação contingencial não foi observada em notas explicativas. Diante do exposto, tendo em vista sua classificação de risco “Provável” e risco “Possível”, a empresa seguiu plenamente as normativas do CPC 25.

QUADRO 11 - CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – BIOSEV S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D / ND				
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		D	D	D	D	D
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		D	D	D	D	D
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos de natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa divulgou parcialmente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25. Conforme constou em notas explicativas a empresa mencionou em parágrafo que reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, como resultado de vento passado, quando for provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquida a obrigação dentro de uma estimativa confiável para a provisão.

4.3.3 SÃO MARTINHO S/A.

QUADRO 12 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - SÃO MARTINHO S/A

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

A empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, que conforme notas explicativas envolvem processos de naturezas tributárias, cíveis e ambientais, e trabalhista, classificados como perdas prováveis. As demandas tributárias incluíram a discussão de tributos, honorários ad exitum. As demandas cíveis e ambientais envolveram indenizações em geral, reparação por danos causados por queima de palha de cana de açúcar e execuções de natureza ambiental.

As demandas trabalhistas incluíram pedidos de horas extras, horas in itinere, supressão de intervalo intrajornada, adicionais de periculosidade e insalubridade, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento. Já as demandas classificadas como perda possível, onde não há provisões, seguiu a normativa divulgando a natureza, o valor e as instâncias destes processos, atribuídos às demandas tributárias, cíveis e ambientais, atendendo assim os critérios da normativa do CPC 25.

QUADRO 13 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – SÃO MARTINHO S/A.

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		D	D	D	D	D
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		D	D	D	D	D
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os dois períodos do quadro 13, relativo aos conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25.

4.3.4 GUARANI S/A.

QUADRO 14 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES – GUARANI S/A

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

A empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Outros passivos financeiros não circulantes”, que conforme notas explicativas inclui a conta “Litígios” que envolvem processos judiciais de natureza trabalhista, ambiental, cível, fiscal e outros, classificadas como perdas provável e possível.

As demandas trabalhistas incluíram: horas extras decorrentes de rodízio de turnos, horas “in itinere”, adicional de insalubridade e periculosidade, indenização por acidente de trabalho. As demandas tributárias incluíram: crédito de impostos estaduais e federais como ICMS, PIS e Cofins. As demandas ambientais envolvem processos de queima de cana de

açúcar e intervenção em áreas de conservação, que conforme a classificação de risco seguiu plenamente as normativas do CPC 25.

QUADRO 15 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – GUARANI S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D / ND	D / ND	D / ND	D / ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		ND	ND	ND	ND	ND
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		ND	ND	ND	ND	ND
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações, conforme a classificação de risco pelos assessores jurídicos.

4.3.5 CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A.

QUADRO 16 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES – CLEALCO S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

A empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, relativo às questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros, não estando visíveis as de naturezas ambientais, seguindo assim parcialmente as exigências da normativa do CPC 25. Foi divulgado que as questões tributárias, estaduais e

federais decorrem, substancialmente, de créditos de ICMS, PIS/COFINS e Funrural, tomados pela Companhia que são passíveis de questionamento pelas autoridades fiscais. As ações trabalhistas decorreram de pedidos de horas extras, supressão do intervalo para refeição e descanso, horas “in itinere” (percurso), adicional de insalubridade e periculosidade, integração salarial em virtude do prêmio pago todo mês, reflexos das horas extras nas demais verbas, dentre outros pedidos.

A Companhia tem ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não sendo realizada provisão em face de sua classificação de risco, seguindo as exigências da normativa neste quesito.

QUADRO 17 - CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – CLEALCO S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicas da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações. Com relação ao item 5, foram divulgadas somente as questões de natureza trabalhista e tributária sem as ambientais, ficando em desacordo com sua classificação de risco e a normativa do CPC 25.

4.3.6 TONON BIOENERGIA S/A.

QUADRO 18 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - TONON S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

A empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, que conforme notas explicativas envolvem processos contingentes de naturezas tributárias, cíveis e ambientais, e trabalhista, classificados como perdas prováveis, seguindo a normativa do CPC 25. As demandas tributárias incluíram à discussão de tributos não especificados e honorários de êxito aos advogados contratados para defesa.

As demandas cíveis e ambientais envolveram indenização por danos materiais e morais, ações cíveis públicas para abstenção de queima de palha de cana de açúcar e constituição de reserva legal e execuções de natureza ambiental. As demandas trabalhistas incluíram pedidos de horas extras, horas in itinere, supressão de intervalo intrajornada, adicionais de periculosidade e insalubridade, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento. As demandas classificadas como perda possível, onde não há provisões, seguiu a normativa, a empresa divulgou a natureza, com os valores estimados.

QUADRO 19 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – TONON S/A.

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D / ND				
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		D	D	D	D	D
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações de acordo com a classificação de risco.

4.3.7 USINA SANTA ADÉLIA S/A.

QUADRO 20 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - SANTA ADÉLIA S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados entre 2011 e 2015, a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, que envolvem processos de naturezas tributárias (relacionadas a créditos de ICMS), trabalhistas e previdenciárias (vinculadas às discussões sobre valores de rescisão contratual), reclamações cíveis (ações de indenização por acidentes de trabalho e acidentes ocorridos em veículos da companhia e terceirizados) e ambientais (despejos das oficinas e lavador, redução de consumo de H2O, sistema de vinhaça e medidores de vazão), classificadas como perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança conforme notas explicativas, atendendo aos critérios da normativa do CPC 25.

QUADRO 21 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – SANTA ADÉLIA S/A.

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D / ND				
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		D	D	D	D	D
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos de natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Os conteúdos relativos às demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, não foram divulgados plenamente conforme os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações de acordo com a classificação de risco dos assessores jurídicos.

4.3.8 USINA BARRA GRANDE DE LENÇÓIS S/A

QUADRO 22 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - BARRA GRANDE S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados entre 2011 e 2015, a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, que envolvem processos de naturezas tributárias, cíveis e ambientais e trabalhistas, classificadas como perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança, seguindo plenamente as normativas do CPC 25.

QUADRO 23 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – BARRA GRANDE S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período		D	D	D	D	D
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Os conteúdos das demandas contingenciais classificadas como risco provável pelos assessores jurídicos, nos períodos entre 2011 e 2015, não foram divulgados plenamente, conforme os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações.

4.3.9 AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S/A

QUADRO 24 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES – ZILLO S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingência”, relativo aos processos judiciais de ordem tributária, cível e ambiental, e trabalhista, admitindo um grau de risco de perda provável, sendo as estimativas realizadas com certo grau de segurança. Divulgou também a existência de outras contingências tributárias consideradas de risco possível, mensurando perdas financeiras eventuais. Em relação aos riscos ambientais, existem processos sobre estas contingências que na opinião dos assessores jurídicos e da administração, a probabilidade de ocorrência destas demandas é possível, mas não provável, apenas divulgando os fatos em notas explicativas, seguindo as exigências da normativa.

QUADRO 25 - CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – ZILLO S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período		D	D	D	D	D
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro		D	D	D	D	D
9 - Possibilidade de qualquer reembolso		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou todos os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações, estando em desacordo com a normativa do CPC 25, diante da classificação de risco.

4.3.10 AÇUCAREIRA QUATÁ S/A

QUADRO 26 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES – QUATÁ S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

A empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingência”, relativo aos processos judiciais de ordem trabalhista e tributária, admitindo um grau de risco de perda provável, sendo as estimativas realizadas com certo grau de segurança, atendendo as exigências da normativa do CPC 25. Em relação aos passivos ambientais, foi mencionado que existem processos sobre estas contingências que conforme opinião de seus assessores jurídicos e da administração, a probabilidade de ocorrência destas demandas é possível, mas não provável. Admitindo este grau de risco, a empresa apenas divulgou o fato em notas explicativas, conforme prevê a normativa.

QUADRO 27 - CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – QUATÁ S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período		D	D	D	D	D
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Os conteúdos sobre as demandas contingentes classificadas como risco provável, nos períodos entre 2011 e 2015, não foram divulgados plenamente conforme os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25 diante de sua classificação de risco.

4.3.11 USINA SANTA FÉ S/A.

QUADRO 28 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - SANTA FÉ S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Nos períodos analisados entre 2011 e 2015, a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, que envolvem conforme notas explicativas, processos de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental, classificados como perdas prováveis de ocorrência. Existem demandas tributárias classificadas como possível, mas não provável divulgada em notas explicativas, seguindo as exigências da normativa do CPC 25.

QUADRO 29 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – SANTA FÉ S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		ND	ND	ND	ND	ND
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		ND	ND	ND	ND	ND
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicas da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação, mediante a classificação de risco.

4.3.12 USINA AÇUCAREIRA SÃO MANOEL S/A.

QUADRO 30 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - SÃO MANOEL S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados entre 2011 e 2015, a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, que envolvem processos de naturezas trabalhistas e tributárias, classificadas como perdas prováveis, não sendo divulgadas as ambientais conforme notas explicativas. Foi divulgada também a existência de processos das mesmas naturezas com probabilidade de risco possível, seguindo parcialmente as exigências da normativa do CPC 25.

QUADRO 31 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – SÃO MANOEL S/A.

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		ND	ND	ND	ND	ND
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		D	D	D	D	D
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicas da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações, conforme a classificação de risco dos assessores jurídicos. Com relação ao item 5, a descrição da natureza só envolvem as tributárias e trabalhistas.

4.3.13 USINA SANTO ANTONIO S/A.

QUADRO 32 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - SANTO ANTONIO S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		ND	ND	ND	D	D
Tipo II - Tributária		ND	ND	ND	D	D
Tipo III - Ambiental		ND	ND	ND	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Nos períodos analisados entre 2011 e 2014, a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, que envolvem processos judiciais, porém sem a apresentação das notas explicativas e devida atualização monetária até o período de 2014. No ciclo de 2015 com comparativo de 2014, passou a divulgar as informações em notas explicativas mencionando que as referidas contingências eram de naturezas trabalhistas, cíveis e ambientais com probabilidade provável de ocorrência.

Neste mesmo ciclo divulgou também processos contingenciais de natureza tributária, cíveis, ambientais e trabalhistas classificadas como perda possível sem mensuração suficiente de segurança. Diante do exposto, a empresa passou a seguir as normativas do CPC 25 a partir de 2015 com comparativo de 2014.

QUADRO 33 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – SANTO ANTONIO S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		ND	ND	ND	ND	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		ND	ND	ND	ND	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	D
5 - Descrição da natureza da obrigação		ND	ND	ND	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicas da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação, bem como ausência de informações até o exercício de 2014.

4.3.14 USINA CONQUISTA DO PONTAL S/A.

QUADRO 34 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - PONTAL S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados entre 2011 e 2015, a empresa não apresentou uma rubrica específica para demandas contingentes no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, porém divulgou em notas explicativas que a companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, não revelando os ambientais, que se encontra em instâncias diversas. Informou também que as provisões para contingências são constituídas para fazer frente a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso.

QUADRO 35 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – PONTAL S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		ND	ND	ND	ND	ND
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		ND	ND	ND	ND	ND
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicas da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa divulgou apenas um dos quesitos, estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações, pois ressalta em notas explicativas que são perdas em potencial que são atualizadas com base na avaliação da administração.

4.3.15 USINA SÃO FRANCISCO S/A.

QUADRO 36 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - SÃO FRANCISCO S/A.

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados entre 2011 e 2015, a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, que envolvem processos de naturezas tributárias, trabalhistas e ambientais, classificadas como perdas prováveis, conforme divulgado em notas explicativas. Divulgou também estar envolvida com contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas, classificadas como risco possível sem mensuração suficiente de segurança, atendendo plenamente os quesitos da normativa, conforme suas classificações de riscos.

QUADRO 37 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – SÃO FRANCISCO S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		D	D	D	D	D
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos de natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações, diante de sua classificação de risco.

4.3.16 USINA AÇUCAREIRA ESTER S/A.

QUADRO 38 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES - ESTER S/A

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	ND
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	ND
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados entre 2011 e 2015, a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Demandas Judiciais”, divulgando as contingências de ordem trabalhista, tributária, cível e ambiental até o exercício de 2014, com classificação de risco de perda provável. Apresentou também contingências de ordem trabalhistas e tributária classificadas como perda possível com seus respectivos valores, não sendo registrado contabilmente acompanhando os critérios da normativa.

No ciclo de 2015, conforme apresentação das demonstrações contábeis sugere que a empresa adotou o critério da publicação e não divulgação baseada na normativa do NBC TA 810 (09) que trata da apresentação e publicação das demonstrações contábeis condensadas.

QUADRO 39 – CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – ESTER S/A

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período.		D	D	D	D	ND
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.		D	D	D	D	ND
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.		D	D	D	D	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.		ND	ND	ND	ND	ND
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	ND
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicas da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.		ND	ND	ND	ND	ND
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, até o final de 2014, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações. No ciclo de 2015, sugeriu a utilização da normativa NBC TA 810 (09), sobre balanços condensados, não divulgando as notas explicativas.

4.3.17 COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ.

QUADRO 40 – DIVULGAÇÃO DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES – AGRÍCOLA QUATÁ

CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
Tipo I - Trabalhista		D	D	D	D	D
Tipo II - Tributária		D	D	D	D	D
Tipo III - Ambiental		D	D	D	D	D

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 114).

Nos períodos analisados a empresa reconheceu no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante”, a rubrica “Provisão para Contingências”, relativo às questões tributárias, trabalhistas, classificadas como perdas prováveis. As questões de natureza ambiental foram divulgadas como probabilidade possível, mas não provável. Revelou também outras contingências de questões tributárias e ambientais com probabilidade de perda possível, mensurando eventuais perdas financeiras nas questões tributárias, seguindo as exigências da normativa do CPC 25, de acordo com a classificação de risco.

QUADRO 41 - CONTEÚDOS DIVULGADOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES – AGRÍCOLA QUATÁ

CONTEÚDOS DIVULGADOS	Período	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15
		D/ND	D/ND	D/ND	D/ND	D/ND
1 - O valor contábil no início e no fim do período		D	D	D	D	D
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores		D	D	D	D	D
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período		ND	ND	ND	ND	ND
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período		D	D	D	D	D
5 - Descrição da natureza da obrigação		D	D	D	D	D
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação		ND	ND	ND	ND	ND
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas		ND	ND	ND	ND	ND
8 - Estimativa de seu efeito financeiro		D	D	D	D	D
9 - Possibilidade de qualquer reembolso		ND	ND	ND	ND	ND
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa		ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

Analisando os conteúdos das demandas contingenciais nos períodos entre 2011 e 2015, a empresa não divulgou plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, conforme sua classificação de risco, demonstrando fragilidade na divulgação destas informações. Os efeitos financeiros com relação ao item 8, referem-se somente as questões tributárias.

4.4 EMPRESAS DA AMOSTRA QUE PUBLICARAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NÃO DIVULGARAM NOTAS EXPLICATIVAS.

A tabela 5 apresenta as empresas Sociedades Anônimas do segmento sucroalcooleiro que publicaram as demonstrações contábeis e não divulgaram notas explicativas sendo ordenadas de acordo com o faturamento anual do período de 2015.

TABELA 5 – EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS QUE PUBLICARAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NÃO DIVULGARAM NOTAS EXPLICATIVAS.

Empresas	Faturamento Anual Base: 2015 R\$/Milhões
Usina Colombo S/A	1.292,1
Pedra Agroindustrial S/A	1.178,7
Usina Batatais S/A	738,2
Usina Alta Mogiana S/A	648,8
Virgolino de Oliveira S/A	416,9
Usina São José da Estiva S/A	348,2
Usina São Luiz S/A	322,6
Usina Açucareira Furlan S/A	321,4
Ferrari Agroindústria S/A	307,4
Usina São Domingos S/A	210,4
Usina Santa Lúcia S/A	143,3

Fonte: elaborado pelo autor.

Neste capítulo foram apresentadas as empresas Sociedades Anônimas, majoritariamente de capital fechado, conforme tabela 5, que publicaram suas demonstrações contábeis na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e não divulgaram as Notas Explicativas, abordando os critérios de reconhecimento e divulgação dos passivos contingentes, sendo informado em rodapé que a íntegra das notas encontram-se à disposição dos usuários na sede de cada entidade.

Estes critérios de publicação sugere que as empresas seguiram a Lei 6.404/76 em seu art. 294, item II, que trata da desobrigação da publicação das demonstrações financeiras pelas

empresas de capital fechado, desde que sejam arquivadas na Junta Comercial e também pela aderência à normativa NBC TA 810 (2009) que aborda a publicação das demonstrações contábeis de forma condensada, porém não exaurindo a divulgação das Notas Explicativas.

Diante do exposto, estas empresas que fazem parte da amostra geral, conforme tabela 4, p. 61 e 62, não foram analisadas comparativamente com as empresas que publicaram suas demonstrações contábeis e divulgaram suas notas explicativas, objetivando não influenciar o quesito de divulgação das naturezas contingentes e seus respectivos conteúdos em notas explicativas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta desta pesquisa foi de caráter descritivo e documental, onde foram analisados os critérios de divulgação das informações contingentes nos demonstrativos contábeis e notas explicativas do período entre 2011 e 2015, de 28 empresas Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado do segmento sucroalcooleiro sediadas no estado de São Paulo.

A amostra inicial compreendeu 35 empresas, sendo filtrada pelos aspectos das Leis 6.404/76, que em seu artigo 294, item II, aborda sobre a não obrigatoriedade da publicação dos balanços contábeis pelas empresas sociedade anônimas de capital fechado, pela normativa NBC TA 810 (2009) que aborda sobre a publicação de balanços contábeis de forma condensada, chegando assim após este filtro a 24 empresas e considerando a não publicação das demonstrações contábeis e pelo processo de recuperação judicial, foram excluídas 7 empresas.

Em função das explicações acima, foram analisadas 17 empresas Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado, conforme tabela 3, p. 62 e 63, selecionadas pela publicação de suas demonstrações contábeis e divulgação das informações dos passivos contingentes, elencadas pelo perfil de faturamento anual com base no exercício de 2015, atendendo aos critérios da Lei 11.638/07, que menciona que as empresas de grande porte, consideradas nesta pesquisa as sociedades anônimas de capital aberto e fechado, com ativo total superiores a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões, estão sujeitas a publicação de suas demonstrações contábeis.

Sob a ótica qualitativa buscou-se analisar, descrever e evidenciar as naturezas e conteúdos contingentes relacionados às demandas trabalhistas, tributárias e ambientais e de forma quantitativa sua magnitude no nível de aderência das informações exigidas pela normativa do CPC 25, nas demonstrações contábeis e notas explicativas publicadas pelas empresas sociedades anônimas, de capital aberto e fechado, do segmento sucroalcooleiro do estado de São Paulo.

De acordo com o pronunciamento técnico do CPC 25, as informações de natureza contingente deverão seguir os critérios de reconhecimento e base de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para que o usuário possa entender sua natureza, oportunidade e valor.

Diante deste pronunciamento técnico e considerando a Lei 11.638/07, que aborda sobre as empresas que deverão publicar suas demonstrações contábeis, foi realizado um

recorte dos elementos contingentes estudados, procedendo-se a análise e interpretação dos passivos contingentes, extraindo-se os seguintes critérios: Divulgação das naturezas dos passivos contingentes e respectivos conteúdos, nas demonstrações contábeis publicadas dos exercícios entre 2011 e 2015.

5.1 BREVE CONTEXTO DO RECONHECIMENTO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS ANALISADAS.

Como já mencionado no capítulo anterior, as companhias pesquisadas tem suas sedes no estado de São Paulo, cuja atividade é a industrialização e comercialização de açúcar e álcool para o mercado nacional e internacional e são empresas que sugerem a exposição de passivos contingentes nas suas demonstrações contábeis e notas explicativas relacionadas às questões tributárias, trabalhistas, ambientais, entre outros.

A obrigação contingente é um aspecto importante quando avaliada no contexto da composição do endividamento das empresas, pois dado a sua característica de incerteza com relação à probabilidade de ocorrência de seu evento ela pode gerar preocupações ao usuário da contabilidade, na medida em que envolvem processos decisórios.

Para tanto seu reconhecimento esta relacionado a uma estimativa, desde que seja confiável para quaisquer que sejam as saídas de recursos esperadas. A melhor estimativa se relaciona ao valor presente em que o efeito do valor do dinheiro do tempo é material ou tangível.

Diante disso, as empresas sucroalcooleiras reconheceram em suas demonstrações contábeis, no grupo do “Passivo”, subgrupo “Passivo Não Circulante” as rubricas que indicaram a existência dessas obrigações, sendo: “Provisão para Contingências”, “Contraprestação Contingentes”, “Provisão para Demandas Judiciais”, “Litígios”, “Tributos subjudice”, “Outros Passivos Financeiros Não Circulantes”, “Provisão Tributária, Trabalhista, Civil e Ambiental”, conforme quadro 28.

QUADRO 42 – RECONHECIMENTO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS.

Empresa	Termo utilizado para a obrigação contingente.
Açucareira Quatá S/A	Provisão para Contingência
Açucareira Zillo Lorenzetti S/A.	Provisão para Contingência
BIOSEV Bioenergia S/A	Provisão Trabalhista, Tributária, Cível e Ambiental.
Clealco S/A	Provisão para Contingência

CONTINUA

CONCLUSÃO

Companhia Agrícola Quatá	Provisão para Contingência
Ferrari Agroindústria S/A	Contraprestação Contingente
Guarani S/A	Outros Passivos Financeiros Não Circulantes
Pedra Agroindustrial S/A	Provisão para Contingência
Raízen Energia S/A	Provisão para Demandas Judiciais
São Martinho S/A	Provisão para Contingência
Tonon Bioenergia S/A	Provisão para Contingência
Usina Açucareira Ester S/A	Provisão para Demandas Judiciais
Usina Açucareira Furlan S/A	Provisão para Contingência
Usina Açucareira São Manoel S/A	Provisão para Contingência
Usina Alta Mogiana S/A	Tributos Subjudece
Usina Barra Grande de Lençóis S/A	Provisão para Contingência
Usina Batatais S/A	Provisão para Contingência
Usina Colombo S/A	Provisão para Contingência
Usina Conquista do Pontal S/A	Provisão para Contingência
Usina Santa Adélia S/A	Provisão para Contingência
Usina Santa Fé S/A	Provisões para Contingências
Usina Santa Lucia S/A	Provisão para Contingência
Usina Santo Antonio S/A	Provisão para Contingência
Usina São Domingos S/A	Provisão para Contingência
Usina São Francisco S/A	Provisão para Contingência
Usina São Jose da Estiva S/A	Provisão para Contingência
Usina São Luiz S/A	Outras Contas
Virgolino de Oliveira S/A	Provisão para Contingência

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando que o fato gerador da provisão é o ato presente em função de um evento passado e que haja uma estimativa confiável para saída de valores frente a uma liquidação futura, as empresas registraram as obrigações contingentes com esta postura contábil.

5.2 BREVE CONTEXTO SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS ANALISADAS.

A partir do reconhecimento das obrigações contingentes, o foco de atenção consistiu em analisar os critérios de avaliação de riscos pelas empresas Sociedades Anônimas sucroalcooleiras, de capital aberto e fechado, cujos termos previstos pela normativa do CPC 25 foram: “Provável”, “Possível” e “Remoto”, que diferenciam os aspectos do risco e de divulgação das informações das obrigações contingentes.

Diante destes termos foi possível identificar como as empresas que publicaram e divulgaram as informações dos passivos contingentes, adotaram os critérios de divulgação das

naturezas contingentes relacionadas às questões tributárias, trabalhistas e ambientais nas notas explicativas.

Neste contexto foi possível também presenciar que algumas empresas da amostra adotaram procedimentos de não divulgação das notas explicativas, mencionando em rodapé, que a íntegra dessas notas está à disposição dos usuários na sede das mesmas, sugerindo utilizar a prática prevista na normativa NBC TA 810 (2009), que aborda sobre Demonstrações Contábeis Condensadas.

Para tanto, nas demonstrações contábeis analisadas, não foi observado nenhuma nota ou instrução pela aplicação desta normativa, restringindo informações importantes aos usuários da Contabilidade. Neste caso, a normativa NBC TA 810 (2009), não exaure as empresas de não apresentação das notas explicativas nas demonstrações contábeis que se caracterizam como parte integrante das demonstrações contábeis, devendo ser divulgada de forma resumida nos seus aspectos relevantes conforme orientações do OCPC 07 (2014) que trata da Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros.

5.3 BREVE CONTEXTO SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS CONTEÚDOS DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS ANALISADAS

Esses critérios de divulgação dos conteúdos complementam as informações das naturezas contingenciais divulgadas nas notas explicativas, de acordo com sua classificação de risco, a presença dos termos “Provável” e “Possível” foi unânime nas demonstrações contábeis das empresas que publicaram suas demonstrações e divulgaram as informações contingentes.

5.4 NATUREZAS CONTINGENTES DIVULGADAS NA PESQUISA

A partir do reconhecimento das obrigações contingenciais, conforme tabela 4, p. 62 e 63, analisou-se as informações de naturezas contingentes a partir de sua classificação de risco, sendo “Provável” e “Possível” nas empresas sucroalcooleiras que compõem a amostra sendo possível verificar o seguinte nível de aderência conforme tabela 6:

TABELA 6 – CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS NA PESQUISA

Contingências Divulgadas	N E m P r e s e n t e	2011		2012		2013		2014		2015	
		D	%	D	%	D	%	D	%	D	%
Tipo I - Trabalhista	17	16	94%	16	94%	16	94%	17	100%	16	94%
Tipo II - Tributária	17	16	94%	16	94%	16	94%	17	100%	16	94%
Tipo III - Ambiental	17	13	76%	13	76%	13	76%	14	82%	13	76%
Total	51	45	88%	45	88%	45	88%	48	94%	45	88%

Fonte: Adaptado de Farias (2004, p. 114).

As formas de divulgação das contingências estão categorizadas conforme o quadro 6, p. 54 deste trabalho e adaptadas segundo os critérios de divulgação estabelecidas pelas empresas sucroalcooleiras. A coluna total das empresas representa o número de demonstrações contábeis publicadas e analisadas de cada período.

A letra “D” representa o número de empresas que divulgaram em notas explicativas as naturezas contingentes nas categorias sugeridas e a coluna (%) representa a frequência em termos relativos, tendo sido obtida através da divisão entre a quantidade de empresas que divulgaram as categorias contingenciais pelo total das empresas analisadas.

A linha total representa o grau de divulgação das categorias contingenciais tendo sido obtido através da divisão entre a somatória das empresas que divulgaram as categorias pela somatória da coluna das empresas da amostra.

Observou-se nos períodos analisados os seguintes indicadores:

- a) percentual significativo de comprometimento na categoria trabalhista não havendo oscilações nos períodos analisados, onde 94% das empresas divulgaram estas contingências entre 2011 e 2015, salientando que 2014 houve plena divulgação (100%).
- b) percentual significativo na categoria tributária, onde o cenário de comprometimento foi de 94% das empresas que divulgaram estas contingências entre 2011 e 2015, salientando que 2014 houve plena divulgação (100%).

- c) na categoria ambiental, os indicadores ficaram abaixo das categorias (tipo I e II), sendo de 76% entre 2011 e 2013, 82% em 2014 e novamente 76% em 2015, sugerindo menor divulgação pelas empresas da amostra.

Diante do exposto, no âmbito geral, analisando o grau de divulgação dos tipos de natureza contingentes, das empresas que publicaram e divulgaram informações contingentes, não houve plena divulgação destas informações e as empresas que divulgaram deram maior exposição para as contingências de natureza trabalhista e tributária e menor exposição para as categorias ambientais.

5.5 CONTEÚDOS CONTINGENTES DIVULGADOS NA PESQUISA

Neste capítulo foram analisados os conteúdos dos passivos contingentes divulgados nas demonstrações contábeis, conforme exigências da normativa do CPC 25.

TABELA 7 – CONTEÚDOS DAS CONTINGÊNCIAS DIVULGADAS NA PESQUISA

CONTEUDOS DIVULGADOS	N u m d r e e s a o	2011		2012		2013		2014		2015	
		Empresas		Empresas		Empresas		Empresas		Empresas	
		que		que		que		que		que	
		divulgaram		divulgaram		divulgaram		divulgaram		divulgaram	
		D	%	D	%	D	%	D	%	D	%
1 - O valor contábil no início e no fim do período.	17	13	76%	13	76%	13	76%	13	76%	12	71%
2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento de provisões existentes ou anteriores.	17	11	65%	11	65%	11	65%	11	65%	10	59%
3 - Valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período.	17	6	35%	6	35%	6	35%	6	35%	5	29%
4 - Valores não utilizados revertidos durante o período.	17	7	41%	7	41%	7	41%	7	41%	8	47%
5 - Descrição da natureza da obrigação.	17	16	94%	16	94%	16	94%	17	100%	16	94%
6 - Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos da natureza da obrigação.	17	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
7 - Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	17	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
8 - Estimativa de seu efeito financeiro.	17	2	12%	2	12%	2	12%	2	12%	2	12%
9 - Possibilidade de qualquer reembolso.	17	1	6%	1	6%	1	6%	1	6%	1	6%
10 - Justificativa da não divulgação das informações de natureza de disputa.	17	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	170	56	33%	56	33%	56	33%	57	34%	54	32%

Fonte: adaptado de Farias (2004, p. 121)

As formas de divulgação dos conteúdos das contingências ambientais, conforme quadro 7, p. 55, deste trabalho, elencadas de 1 a 10 atendendo os critérios da normativa do

CPC 25. A coluna “número das empresas” representa o total de demonstrações contábeis publicadas com seus respectivos conteúdos de cada período.

A letra “D” representa o número de empresas que divulgaram os conteúdos das contingências categorizadas na tabela 6, e a coluna (%) representa a frequência em termos relativos, tendo sido obtida através da divisão entre a quantidade de empresas que divulgaram os conteúdos contingenciais pelo total do número de empresas analisadas.

A linha total representa o grau de divulgação das categorias contingenciais tendo sido obtido através da divisão entre a somatória das empresas que divulgaram os conteúdos pela somatória da coluna número das empresas da amostra.

Observou-se nos períodos analisados os seguintes indicadores que apresentaram maior frequência dos conteúdos divulgados pelas empresas, estruturado nos seguintes itens:

- a) item 05 – 94% (16 empresas) divulgaram a descrição da natureza da obrigação entre 2011 e 2013, 100% (17 empresas em 2014), 94% (16 empresas em 2015);
- b) item 01 – 76% (13 empresas) divulgaram o valor contábil no início e no fim do período entre 2011 e 2014 e 71% (12 empresas em 2015);
- c) item 02 – 65% (11 empresas) divulgaram as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento das provisões existentes ou anteriores entre 2011 e 2014 e 59% (10 empresas em 2015);
- d) item 04 – 41% (7 empresas) divulgaram os valores não utilizados revertidos durante o período entre 2011 e 2014 e 47% (8 empresas em 2015); e
- e) item 03 – 35% (6 empresas) divulgaram os valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período entre 2011 e 2014 e 29% (5 empresas em 2015).
- f) item 08 – 12% (2 empresas) divulgaram a estimativa do efeito financeiro dos passivos contingentes entre 2011 e 2015.

De forma geral, os conteúdos apresentados nos períodos em análise ficaram muito abaixo das exigências estabelecidas pela normativa do CPC 25, evidenciando fragilidade na

divulgação destas informações nas empresas sociedades anônimas do segmento sucroalcooleiro, que publicam e divulgam as informações contingentes, que conforme a soma dos conteúdos divulgados sobre a somatória das empresas da análise, os indicadores apurados ficaram abaixo das necessidades que demandam informações sobre obrigações contingentes, sendo de 33% entre 2011 e 2013, 34% (2014) e 32% em 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer o nível de aderência das práticas contábeis relacionados com os passivos contingentes utilizadas pelas empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo que publicam suas demonstrações contábeis e divulgam as informações contingentes, frente aos quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25.

Pode-se dizer que as empresas Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado do segmento sucroalcooleiro que publicaram suas demonstrações contábeis e divulgaram as obrigações contingentes não estão aderindo plenamente os quesitos estabelecidos pela normativa do CPC 25, salientando os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das demandas contingentes e seus respectivos conteúdos que complementam as informações contingentes, impossibilitando ao usuário compreender sua natureza, oportunidade e valor (CPC 25).

É importante destacar que a amostra efetiva de análise compreendeu 28 companhias de capital aberto e fechado, sendo avaliadas somente as empresas que publicaram e divulgaram as obrigações contingentes, totalizando 17 empresas. As demais, totalizando 11 empresas não foram analisadas comparativamente, para não prejudicar a avaliação da aderência dos tipos e conteúdos divulgados, em que pese publicarem suas demonstrações contábeis, porém sem a divulgação das notas explicativas, que segundo nota de rodapé do balanço, se apresentam na íntegra à disposição dos usuários na sede das companhias.

Esta prática sugere, mesmo porque não consta nenhuma justificativa nos balanços contábeis destas empresas, que as entidades seguiram os critérios da NBC TA 810 (2009), que trata da publicação dos Balanços Condensados. Porém esta normativa não exaure a divulgação dos conteúdos das notas explicativas e que segundo OCPC 07 (2014) que trata da Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros, diz que as informações consideradas relevantes poderão ser divulgadas de forma resumida.

Com relação à divulgação da natureza das obrigações contingentes nos períodos entre 2011 e 2015, considerando que não houve plena divulgação pelas empresas da amostra, as empresas que divulgaram deram maior exposição das contingências de natureza trabalhista e tributárias, conforme tabela 6, representando um grau de divulgação de 94% nos períodos entre 2011 e 2013 e 2015, com plena divulgação em 2014. Já em menor exposição foram divulgadas as categorias ambientais, representando 76%, entre 2011 e 2013, 82% em 2014 e 76% em 2015.

No que se refere aos conteúdos das informações sobre as naturezas contingentes nos períodos entre 2011 e 2015, observou-se uma fragilidade da divulgação dos conteúdos que complementam as demandas contingentes ficando muito abaixo das exigências estabelecidas pela normativa do CPC 25.

Os itens, conforme tabela 7 que mais foram evidenciados de acordo com os percentuais apurados foram: **Item 5:** 94% (16 empresas) divulgaram a descrição da natureza da obrigação entre 2011 e 2013, 100% (17 empresas em 2014), 94% (16 empresas em 2015); **Item 1:** 76% (13 empresas) divulgaram o valor contábil no início e no fim do período entre 2011 e 2014 e 71% (12 empresas em 2015); **Item 2:** 65% (11 empresas) divulgaram as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento das provisões existentes ou anteriores entre 2011 e 2014 e 59% (10 empresas em 2015); **Item 4:** 41% (7 empresas) divulgaram os valores não utilizados revertidos durante o período entre 2011 e 2014 e 47% (8 empresas em 2015); **Item 3:** 35% (6 empresas) divulgaram os valores utilizados (incorridos e baixados contra provisão) durante o período entre 2011 e 2014 e 29% (5 empresas em 2015) e **Item 8:** 12% (2 empresas) divulgaram sobre a estimativa do efeito financeiro dos passivos contingentes entre 2011 e 2015.

Esse estudo mostrou que mesmo com o advento da normativa, neste caso a do CPC 25 que trata de provisões e passivos contingentes, as empresas Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado do segmento sucroalcooleiro ainda não estão aderindo plenamente ao que é exigido pela normativa, evidenciando fragilidade na divulgação de informações consideradas importantes para o processo de tomada de decisão.

Considerou-se neste estudo algumas limitações para a execução desta pesquisa como a não divulgação das notas explicativas nos demonstrativos contábeis por parte das empresas Sociedades Anônimas de capital fechado, sugerindo a prática da utilização da normativa NBC TA 810 (2009) que trata da publicação das demonstrações contábeis condensadas, porém sem nenhuma especificação nas demonstrações, não trabalhar com demonstrações contábeis consolidadas, dado a probabilidade de ocultação de informação relevante.

Recomenda-se com base nas orientações da OCPC 07 (2014) que trata da Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros, que as demonstrações contábeis publicadas pelas empresas do setor sucroalcooleiro, quando condensadas, tragam além desta informação um pequeno resumo das notas explicativas, já que a NBC TA 810 (2009) não exaure as empresas ao conteúdo das informações relevantes.

Outras pesquisas poderão analisar a aderência dos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes de um modo mais amplo

considerando o impacto dessas obrigações contingentes no processo de *Valuation* das empresas Sociedades Anônimas sucroalcooleiras do estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. 174 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Departamento de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANDERSEN, Arthur S/C. Contingentes e eventos subsequentes. In: CRC-SP/Ibracon. **Temas Contábeis Relevantes**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BALDOINO, E.; BORBA J. A. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, n. 23, p. 58-81, 2015.
- BERGAMINI JR., S. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro, RJ, n. 11, 1999.
- BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Conceitual Básico **CPC 00 (R1)**. Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_00.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico **CPC 25**. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Orientação Técnica **OCPC 07**. Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao>>. Acesso em: 06 jul. 2016.
- BRASIL. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Etanol Verde**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/protocolo-agroambiental/o-protocolo>> Acesso em: 29 jun. 2016.
- BRASIL. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 dez. 1976, sessão 1, p. 1 (Suplemento). Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/lei6404_1976.htm>. Acesso em: 28 abr. 2016.
- BRASIL, **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 05 mar. 2016.
- BRASIL, **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. (2009). Diário Oficial da União, Brasília, 28 maio, sessão 1, p. 3. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BUSHMAN, R.; SMITH, A. Transparency, financial accounting information, and corporate governance. **FRBNY Economic Policy Review - USA**, v. 9, n.1, p. 65-87, Apr. 2003.

CAETANO, T. P. et al. Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2010. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos102010/432.pdf>. Acesso em 22 jun. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CLOR-PROELL; SHANA, M.; MAINES, L. A. The impact of recognition versus disclosure on financial information: a preparer's perspective. **Journal of Accounting Research**. Jun. 2014, v. 52, n. 3, p. 671-701. 31 p.

COHEN, D. et al. Warranty reserve: contingent liability, information signal, or earnings management tool? **The Accounting Review**, v. 86, n. 2, 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS (CVM). **Deliberação 594**, de 15 de setembro de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. **Ofício-Circular n. 01/2005. 2005b**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/prt/atos/oficios/OFICIO-CIRCULAR-CVM-SNC-SEP-01-2005.asp#1.3>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC (2005). Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC - **Resolução CFC 1055/05**. Disponível em: <http://crcsp.org.br/portal_legislação_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. (2009). **Resolução CFC 1.255 (09). CPC PME / NBC GT 1000**, seção 21. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. (2009). Resolução CFC 1.238 (09). **NBC TA 810**. Trabalhos para emissão de Relatório sobre Demonstrações Contábeis Condensadas. Disponível em: <http://normaslegais.com.br/legislação/resolucaocfc1238_2009.htm>. Acesso em 04 maio 2016.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação Corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./mar. 2010.

DU, N.; Stevens, K. T.; Mcenroe, J. E. Improving Consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases. **Research in Accounting Regulation**, v. 23, p. 67-70, 2011.

DARABI, R.; FAGHANI, M. The disclosure effects of contingent liabilities and ambiguities on making decision by users of financial statements. **International Journal of Business and Commerce**, v. 1, n.5, p. 13-31, Jan. 2012.

ECKERT, A. et al. Passivos Contingentes: evidenciação contábil das garantias concedidas por fabricantes de eletroeletrônicos. **Revista de Gestão e Contabilidade**, v. 2, n. 1, p. 18-39, Florianópolis – PI, jan. / jun. 2015.

FARIAS, M. R. S. **Divulgação do Passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

FASB – Financial Accounting Standards. **Accounting Standards: statements of Financial Accounting Concepts**, n. 2. Illinois: FASB, 1989/90. Disponível em: < www.fasb.org/.../FASB/.../PreCodSectionPage&cid=1176156317>. Acesso em: 13 Feb. 2016.

FASB – SFAS 5 Statement of Financial Accounting Standards nº 5. Accounting for Contingencies. Mar. 1975, In: **Financial Accounting Standards Board – Original Pronouncements**. New York: John Wiley, 2002/2003. Disponível em: < www.fasb.org/pdf/fas5.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2016.

FERNANDES, C. B. S.; SHIKIDA, P. F. A.; CUNHA, M. S. O mercado de trabalho formal no setor sucroalcooleiro no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul**, v. 18, n. 2, p. 177 – 192, maio/ago., 2013.

FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A.; ROSA, C. A. As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IRFS no mercado norte americano. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 3, p. 134-154, jul./set., 2014.

FONTELES, I. V. et al. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 12, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012. Disponível em: < <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos/122012/437.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HENNES, K. M. Disclosure of contingent legal liabilities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 33, n. 1, p. 32-50, 2014.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IASB – International Accounting Standards Committee. **Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements**. Londres: Edições Anuais, 1989. Disponível em: < www.iasplus.com/en/resources/ifrs/history/resource25>. Acesso em: 25 abr. 2016.

IBRACON. NPC 22. **Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas**. Brasília: Ibracon, 2005. Disponível em: < www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc22.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS. IAS 37: International Accounting Standard 37: **Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets**. IASB: Londres, 2002. Disponível em: < <http://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias37> >. Acesso em: 20 mar. 2016.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J.; WARFIELD, T. D. **Intermediate accounting**. 4th ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2012.

KIRK, R. J. Balance sheet: liabilities. In: **IFRS: a quick reference guide**, 2009, Pages 151-177, 2009.

KUNNATHUCHALIL, T.; NAJMUDHENN, C. Implication of difference in valuation and treatment of “provisions, contingent liabilities and contingent assets” by IFRS and indian GAAP. **ELK Ásia Pacific Journals**, 2015.

LEAL, et al. Divulgação de Provisões e Passivos Contingentes Ambientais sob a Ótica da Teoria Institucional. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ANPCONT, 2015. Acesso em 29 jun. 2016.

LINSMEIER, T. J.; BOATSMAN, J. R. Response to IAS exposure draft, provisions, contingent liabilities and contingent assets. **Accounting Horizons**, vol. 12, n. 2, p. 192-200, 1998.

MACHADO, T. R. B.; SOUZA, K. G.; COSTA, P. S. Efeitos do conservadorismo no reconhecimento contábil após o pronunciamento técnico CPC 25. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 21, 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2015. Disponível em: < <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos152015/262.pdf> >. Acesso em: 23 mar. 2016.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. et al. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, G.; THEÓPHILO, C. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, K. M. C.; MATTOS, A. **Valoração econômica do meio ambiente: uma abordagem teórica e prática**. São Carlos: Rima, Fapesp, 2004.

MELO, I. C. A.; TINOCO, J. E. P.; FERNANDES, M. F. Passivo ambiental: a importância do reconhecimento, do registro contábil e da divulgação. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v. 6, n. 2, abr./jun. 2010.

MICHELS, J. Disclosure versus Recognition: inferences from subsequent events. **Social Science Research Network**. May, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2324394>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

MILGRON, P.; ROBERTS, J. **Economics, organization and management**. New Jersey: Prentice Hall, 1992.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 1996, Brasília. **Anais...**, Brasília. CD-ROM.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, M. A. S. **Disclosure das contingências e provisões passivas**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, A. F.; BENETTI, J. E.; VARELA, P. S. Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2011, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: ANPCONT, 2011. Disponível em: <congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/images/250-2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

OLIVEIRA, J. S. Relato Financeiro sobre: provisões, passivos e ativos contingentes: o caso português. **Revista Brasileira e Gestão**, n. 4, p. 19-66, 2007.

OMETTO, A. R.; MANGABEIRA, J. A. C.; HOTT, M. C. Mapeamento de potenciais de impactos ambientais da queima de cana-de-açúcar no Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12. (SBSR), 2005, Goiânia. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2005. p. 2297-2300. Disponível em: <<http://urlib.net/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.19.16.07>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

PEREIRA, S. D. V. A importância da gestão de risco do passivo trabalhista nas finanças das organizações. **Revista Novas Ideias**, v. 1, n. 1, p. 93-112, jan./jun. 2008.

PINHEIRO, A. F. R. **Investigação de retornos anormais em razão da divulgação de fato relevantes sobre passivo contingente**. Dissertação (Mestrado) - Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

PINTO, A. F. et al. Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 54-65, set./dez. 2014.

PORTELLA, et al. Passivos contingentes: um estudo nas maiores companhias abertas do estado de Santa Catarina, Brasil. **RIGC**, v. XIII, n. 25, Enero / Junio, 2015. Disponível em: <http://observatorio.iberoamericano.org/RIGC/n_25/anastacia_portella_monique_de_oliveira_thayse_elias_joisse_lorandi.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2016.

PRADO, J. F. **Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listas na BM&FBOVESPA**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, Contingências e o Pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 3, p. 38-54, jul. / set. 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROVER, S. et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n.2, p. 217-230, abr./jun., 2012.

SANTOS, P. S. A.. **Fatores institucionais, socioeconômicos e financeiros relacionados com o nível de evidenciação de passivos contingentes dos municípios brasileiros**. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

SCARPIN, J. E.; MACOHON, E. R.; DALLABONA, L. F. Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, n. 22, p. 3-14, 2014.

SLOMSKI, V. et al. Gestão de custos: uma proposta para internalização de custos final relacionados ao descarte do produto e/ou de sua embalagem ao custo de produção. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA-USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos/10210/129.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SPENCE, A. M. Job Market Signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 83, n. 3, p. 355-374, 1973.

SUAVE, R. et al. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 11, jan./jul., 2013.

TOLEDO, M. “**Setor Sucroalcooleiro Paulista: Crise nos empregos em 2014**”, IEA, mar. 2015.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA DE AÇÚCAR. **UNICA**, 2015. Disponível em: <<http://novacana.com>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**. v. 22, p. 97-180, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 96 p.

VIVIANI, S.; FERNANDES, F. C. Qualidade da evidenciação de passivos contingentes relacionados ao risco legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. Encontro da ANPAD, 2014, 38. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: RJ, 2014. Disponível em: <www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_CON1083.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.